

Caderno nº 32



MOSAICOS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO CORREDOR DA SERRA DO MAR

Organização:

Clayton Ferreira Lino e João Lucílio Albuquerque

Coordenação:

Heloisa Dias

Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica



SÉRIE 1 - CONSERVAÇÃO E ÁREAS PROTEGIDAS

- Cad. 01 - A Questão Fundiária, 1ª ed./1994, 2ª ed./1997
- Cad. 18 - SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação, 1ª ed./2000, 2ª ed./2004
- Cad. 28 - RPPN - Reservas Particulares do Patrimônio Natural da Mata Atlântica, 2004
- Cad. 32 - Mosaicos de Unidades de Conservação no Corredor da Serra do Mar, 2007

SÉRIE 2 - GESTÃO DA RBMA

- Cad. 02 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 1ª ed./1995, 2ª ed./1996
- Cad. 05 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado de São Paulo, 1ª ed./1997, 2ª ed./2000
- Cad. 06 - Avaliação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 1ª ed./1997, 2ª ed./2000
- Cad. 09 - Comitês Estaduais da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 1ª ed./1998, 2ª ed./2000
- Cad. 24 - Construção do Sistema de Gestão da RBMA, 2004
- Cad. 25 - Planejamento Estratégico da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2003

SÉRIE 3 - RECUPERAÇÃO

- Cad. 03 - Recuperação de Áreas Degradadas da Mata Atlântica, 1ª ed./1996, 2ª ed./2000
- Cad. 14 - Recuperação de Áreas Florestais Degradadas Utilizando a Sucessão e as Interações planta-animal, 1ª ed./1999, 2ª ed./2000
- Cad. 16 - Barra de Mamanguape, 1ª ed./1999, 2ª ed./2000

SÉRIE 4 - POLÍTICAS PÚBLICAS

- Cad. 04 - Plano de Ação para a Mata Atlântica, 1ª ed./1996, 2ª ed./2000
- Cad. 13 - Diretrizes para a Política de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica, 1999
- Cad. 15 - Mata Atlântica: ciência, conservação e políticas, 1999
- Cad. 21 - Estratégias e Instrumentos para a Conservação, Recuperação e Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica, 1ª ed./2002, 2ª ed./2004
- Cad. 23 - Certificação Florestal, 2003
- Cad. 26 - Certificação de Unidades de Conservação, 2003
- Cad. 27 - Águas e Florestas da Mata Atlântica: por uma gestão integrada, 2004
- Cad. 30 - Certificação em Turismo Sustentável - Norma Nacional para Meios de Hospedagem - requisitos para a sustentabilidade - NIH-54 de 2004, 2005

SÉRIE 5 - SÉRIE ESTADOS E REGIÕES DA RBMA

- Cad. 08 - A Mata Atlântica do Sul da Bahia, 1998
- Cad. 11 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul, 1998
- Cad. 12 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica em Pernambuco, 1998
- Cad. 22 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro, 2002
- Cad. 29 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado de Alagoas, 2004

SÉRIE 6 - DOCUMENTOS HISTÓRICOS

- Cad. 07 - Carta de São Vicente - 1560, 1ª ed./1997, 2ª ed./2000
- Cad. 10 - Viagem à Terra Brasil, 1998
- Cad. 31 - Balduino Rambo S. J. - A Fisionomia do Rio Grande do Sul, 2005

SÉRIE 7 - CIÊNCIA E PESQUISA

- Cad. 17 - Bioprospecção, 2000
- Cad. 20 - Árvores Gigantescas da Terra e as Maiores Assinaladas no Brasil, 2002

SÉRIE 8 - MaB-UNESCO

- Cad. 19 - Reservas da Biosfera na América Latina, 2000

Caderno nº. 32

Mosaicos de Unidades de Conservação no Corredor da Serra do Mar

Organização:

Clayton Ferreira Lino e João Lucílio Albuquerque

Coordenação:

Heloisa Dias



mosaicos
da mata atlântica



Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

Série: CONSERVAÇÃO E ÁREAS PROTEGIDAS

Editor: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

Conselho Editorial: José Pedro de Oliveira Costa, Clayton Ferreira Lino e João L. R. Albuquerque

Revisão: João L. R. Albuquerque, Clayton F. Lino

Projeto Gráfico: Elaine Regina dos Santos

Diagramação: Marcia Barana

Ficha Catalográfica: Margot Terada

Ficha Catalográfica:

M865 Mosaicos de unidades de conservação no corredor da Serra do Mar; organização Clayton F. Lino, João Lucílio de Albuquerque; coordenação Heloísa Dias. -- São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2007.
96 p. : il., mapas color. ; 21 cm. -- (Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Série 1 Conservação e Áreas Protegidas; 32)
Integra o Programa Mosaicos da Mata Atlântica – RBMA – Projeto de Apoio ao Reconhecimento de Mosaicos de Unidades de Conservação do Corredor da Serra do Mar.
1. Áreas protegidas – região sudeste - Brasil 2. Biodiversidade – conservação 3. Conservação – unidades – Brasil 4. Florestas – aspectos sócio-econômicos 5. Mantiqueira – região sudeste - Brasil 6. Mata Atlântica – região sudeste - Brasil 7. Serra do Mar – região sudeste - Brasil I. Lino, Clayton F., org. II. Albuquerque, João Lucílio de., org. III. Dias, Heloísa. coord. IV. Série.
CDD (21.ed. Esp.) 333.751 681
CDU (ed. 99 port.) 502.34 (253:815)

Endereço do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera:

Rua do Horto, 931 - Casa das Reservas da Biosfera 02377-000 São Paulo - SP - BR
Fone/Fax: 0xx11 62318555 r. 2044 e 2065 Fax: 0xx11 62325728

Publicação do

Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, com o apoio do Ministério do Meio Ambiente através da Secretaria de Bioiversidades e Florestas, UNESCO - MaB, Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Estado de São Paulo - SMA e da CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental

Impressão: RR Donnelley Moore Ltda.

Autoriza-se a reprodução total ou parcial deste documento desde que citada a fonte

Tiragem: 5.000 exemplares
São Paulo
Maio 2007

Caderno nº 32

MOSAICOS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO CORREDOR DA SERRA DO MAR

Organização:

Clayton Ferreira Lino e João Lucílio Albuquerque

Coordenação:

Heloisa Dias

Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica



Neste ano em que completa 20 anos de ativa participação no Brasil, dedicamos este Caderno à CI-Conservação Internacional, pelo grande trabalho que vem realizando em mais de 30 países em prol da conservação da biodiversidade global e em especial, aos trabalhos que realiza na Mata Atlântica.

O principal objetivo desse Caderno e dos demais produtos do Projeto “Apoio ao Reconhecimento de Mosaicos de Unidades de Conservação no Corredor da Serra do Mar, é estimular o reconhecimento de novos Mosaicos, de novos processos e estratégias voltadas para a preservação e conservação dos recursos naturais, para o desenvolvimento sustentável, promovendo a gestão integrada de unidades de conservação e áreas protegidas e o fortalecimento e implementação dos corredores ecológicos, não só no Bioma da Mata Atlântica, mas em todos os biomas brasileiros.



ÍNDICE

MOSAICOS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO CORREDOR DA SERRA DO MAR

APRESENTAÇÃO	11
1 - INTRODUÇÃO	15
Mosaico	15
Mosaico na Ecologia da Paisagem	15
Mosaico de Unidades de Conservação e Áreas Protegidas	16
Mosaico e SISNAMA	17
Mosaicos, Corredores Ecológicos e Reservas da Biosfera	19
Mosaicos no Brasil	20
Referências Bibliográficas	21
2 - O PROGRAMA MOSAICOS DA MATA ATLÂNTICA	23
3 - O PROJETO MOSAICOS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO CORREDOR DA SERRA DO MAR	25
4 - OS MOSAICOS DO CORREDOR DA SERRA DO MAR	33
4.1- O MOSAICO DA SERRA DA BOCAINA	33
4.1.1 - Mapa de Localização	33
4.1.2 - Fotos	34
4.1.3 - Justificativa	35
4.1.4 - Unidades de Conservação que compõem o Mosaico	44
4.1.5 - Portaria nº 349, de 11 de dezembro de 2006	47
4.2 - O MOSAICO DA MATA ATLÂNTICA CENTRAL FLUMINENSE	51
4.2.1 - Mapa de Localização	51
4.2.2 - Fotos	52
4.2.3 - Justificativa	53
4.2.4 - Unidades de Conservação que compõem o Mosaico	61
4.2.5 - Portaria nº 350, de 11 de dezembro de 2006	65
4.3 - O MOSAICO DA SERRA DA MANTIQUEIRA	71
4.3.1 - Mapa de Localização	71
4.3.2 - Fotos	72
4.3.3 - Justificativa	73
4.3.4 - Unidades de Conservação que compõem o Mosaico	76



4.3.5 - Portaria nº 351, de 11 de dezembro de 2006	82
5 - FICHA TÉCNICA DO PROJETO E LISTA DOS PARTICIPANTES	85
5.1 - FICHA TÉCNICA DO PROJETO	85
5.2 - LISTA DE PARTICIPANTES	87

OBS. As informações e textos aqui constantes foram extraídos e formulados à partir dos documentos disponibilizados e gerados nas oficinas de trabalho do projeto.

As justificativas de reconhecimento dos Mosaicos da Bocaina, da Mata Atlântica Central Fluminense, e da Mantiqueira, foram elaboradas com a contribuição especial de Adriana Mattoso e Graziela Moraes; Leonardo Freitas e Paulo Pegas, respectivamente.

APRESENTAÇÃO

Este Caderno reúne os principais produtos da primeira fase do **“Projeto de Apoio ao Reconhecimento dos Mosaicos de Unidades de Conservação do Corredor da Serra do Mar”**, coordenado pelo Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, através do Instituto Amigos da RBMA, que em dezembro de 2005 firmou contrato com o Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos – CEPF (iniciativa conjunta da Conservação Internacional, GEF, Governo do Japão, Fundação McArthur e Banco Mundial) para sua realização.

O fortalecimento de Corredores Ecológicos e a criação Mosaicos de UCs e áreas protegidas foram definidos, no Planejamento Estratégico da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, como linha prioritária de conservação, o que pressupõe a consolidação, o fortalecimento e a criação de UCs e de seus instrumentos de gestão, numa visão de articulação entre elas e seus entornos.

O Bioma Mata Atlântica é caracterizado, por diversos estudos, como prioritário para a conservação no mundo. É constituído por um complexo de formações florestais e por um conjunto de ecossistemas altamente alterados e ameaçados pela ação humana, resultando em um mosaico de paisagens com fragmentos vegetais de diferentes tamanhos, formas, condições ecológicas, níveis de conservação e pressão distintos.

Entre essas paisagens se destacam as regiões selecionadas por este Projeto, e agora reconhecidas pelo MMA como Mosaicos de Unidades de Conservação no Corredor da Serra do Mar e da Mantiqueira. Em seus limites estão representados a grande maioria dos ecossistemas que contém a Mata Atlântica incluindo ecossistemas associados como os campos de altitudes e insulares.

A estratégia adotada pelo referido Projeto foi de contribuir com iniciativas de organismos gestores de UCs, já em andamento, para proposição, articulação, reconhecimento e implementação



de Mosaicos em diferentes regiões do Corredor da Serra do Mar. Para tanto, foram selecionadas três áreas prioritárias para trabalho, sendo: Bocaina - SP e RJ; Mantiqueira - MG, SP e RJ e Central Fluminense - RJ.

A constituição de Mosaicos de Unidades de Conservação e Áreas Protegidas foi oficialmente prevista a partir do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, através Lei Federal Nº. 9.985-00, que diz em seu artigo 26: “Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional”.

Este conceito está plenamente de acordo com os princípios das Reservas da Biosfera que consideram ser esta uma das melhores formas para gerir e integrar as diferentes unidades de conservação e suas zonas de amortecimento, fortalecendo uma identidade regional e a implementação de corredores ecológicos.

Para que este trabalho pudesse ser realizado foi necessária a participação de um grande número de instituições das três instâncias de governo, federal, estaduais, e municipais; de proprietários de Reservas Particulares de Patrimônio Natural; de organizações não-governamentais e da sociedade civil, listadas especialmente: MMA- Ministério do Meio Ambiente; SBF - Secretaria Nacional de Biodiversidade e Florestas; IBAMA-DF/SP/RJ/MG; Instituto Estadual de Florestas, IEF/SDS – MG; Instituto Estadual de Florestas - IEF/FEEMA/SDA- RJ; Instituto Florestal - IF/CPLEA/SMA – SP; Prefeituras Municipais gestoras das UC's inseridas nos Mosaicos, sendo elas: Prefeitura Municipal de Resende, Duque de Caxias, São José do Vale do Pão Preto, Guapimirim, Parati e Petrópolis no estado do Rio de Janeiro, e Campos do Jordão em São Paulo. Proprietários das RPPNs CEC - Tinguá, El Nagual, Querência e Graziela Maciel

Barroso (RJ); Proprietários das RPPNs Ave Lavrinha, Mitra do Bispo e Alto Gamarra (MG); Fundação Matutu – MG; Valor Natural - MG; Estruturar Meio Ambiente – RJ; Associação Cairuçu – RJ; Instituto Bio Atlântica- RJ; TEREVIVA – RJ; Associação de Proprietários de RPPNs - MG; Associação de Proprietários de RPPNs – RJ; CE-RBMA - Comitês Estaduais da RBMA - SP/MG/RJ.

Esta grande mobilização e colaboração de todos os parceiros para formulação e disponibilização da documentação, legalmente solicitada, permitiu que os três Mosaicos, fossem reconhecidos pelo Ministério do Meio Ambiente, através das **Portarias do MMA nº 349, 350 e 351**, no dia 11 de dezembro de 2006, em tempo recorde, sendo eles:

- **Mosaico de Unidades de Conservação da Região da Serra da Bocaina, Mosaico Bocaina**, que abrange uma área de 221.754 hectares, 9 municípios, localizados no Vale do Paraíba do Sul, litoral sul do Estado do Rio de Janeiro e litoral norte do Estado de São Paulo, e 10 unidades de conservação e suas zonas de amortecimento.
- **Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense**, no Estado do Rio de Janeiro, que abrange uma área com cerca de 233.710 hectares, 13 municípios e 22 Unidades de Conservação e suas zonas de amortecimento.
- **Mosaico de Unidades de Conservação da Região da Serra da Mantiqueira, Mosaico Mantiqueira**, que abrange uma área com cerca de 445.615 hectares, 37 municípios e 19 Unidades de Conservação e suas zonas de amortecimento, nos Estados de MG, SP e RJ.

A agilidade na análise e assinatura das Portarias pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA, possibilitou que o Projeto fosse além de suas metas iniciais e que fosse dada a posse aos membros do Conselho Consultivo de cada um dos mosaicos, assegurando em parte a continuidade das ações para implementações.

As informações e documentos aqui reproduzidos, de grande riqueza técnica, científica e política, são resultantes de um



grande esforço e de um desejo coletivo, de se avançar na conservação e restauração da Mata Atlântica e no fortalecimento e implementação das Unidades de Conservação na região. No atual momento, onde a degradação deste planeta se faz tão visível, a sociedade requer respostas rápidas e a sinalização de alternativas com ações que colaborem para retroceder este violento processo.

A proposta de editar este caderno e produzir um CD-ROM contendo a memória do processo de reconhecimento dos três Mosaicos do Corredor da Serra do Mar e os principais resultados e produtos do presente Projeto visa, principalmente, documentar este rico processo e subsidiar os trabalhos dos Conselhos Gestores dos Mosaicos instituídos pelas Portarias Federais do Ministério do Meio Ambiente e empossados na primeira quinzena de fevereiro de 2007.

Compõem o presente Caderno uma introdução sobre o processo de reconhecimento de mosaicos no Brasil; uma síntese do Programa e do Projeto, descrevendo suas principais etapas e produtos finais; uma descrição dos três mosaicos, contendo as respectivas justificativas; Portarias; informações sobre as UCs que os constituem, sua base cartográfica e uma listagem final da equipe técnica do referido Projeto e de todas as pessoas e instituições que participaram das atividades em suas diversas etapas

Agradecemos a todos que contribuíram e apoiaram este exitoso projeto e esperamos que a partir de agora, com os Mosaicos criados e seus conselhos empossados, a implementação dos mesmos ocorra com a mesma eficiência e o mesmo sentido de colaboração que houve até aqui, consolidando esse novo mecanismo de integração territorial e articulação institucional, que são fundamentais para a conservação e o desenvolvimento sustentável da Mata Atlântica.

Heloisa Dias
 Coordenadora Geral do Projeto
 Mosaicos no Corredor da Serra do Mar

1 - INTRODUÇÃO

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC - lei nº 9.985/2000 traz a figura organizacional Mosaico, no cap. IV art. 26 e no decreto nº 4.340/2002 que vem tomando forma, a partir da integração informal das gestões de algumas unidades de conservação e hoje é reconhecido através de portarias pelo Ministério do Meio Ambiente.

MOSAICO

Mosaico: “Embutido de pequenas pedras, ou de outras peças de cores e tamanhos diferentes, que pela sua disposição aparentam um desenho”. Esta é uma definição do dicionário que explica o real e literário sentido da palavra mosaico. Esta palavra é usada quando se quer expressar algo formado por partes menores interdependentes, que possuem suas funções e características quando estão isoladas, porém juntas, e somente unidas desta maneira conseguem expressar a imagem desejada, atingir o maior objetivo de sua função naquele espaço a que pertencem. Unidas, as peças se fortalecem, têm sentido maior.

MOSAICO NA ECOLOGIA DA PAISAGEM

Ecologia da Paisagem é uma das primeiras ciências a tratar a paisagem como um mosaico, levando em consideração duas principais abordagens: uma geográfica, que privilegia o estudo da influência do homem sobre a paisagem e a gestão do território; e outra ecológica, que enfatiza a importância do contexto espacial sobre os processos ecológicos e a importância dessas relações em termos de conservação biológica. Com isso, a definição integradora da paisagem, que leva em consideração as abordagens geográficas e ecológicas seria “um mosaico heterogêneo formado por unidades interativas, sendo esta heterogeneidade existente para pelo menos um fator, segundo um observador e numa determinada escala de observação”. (METZGER, 2001)



MOSAICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E ÁREAS PROTEGIDAS

No Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, lei nº 9.985/2000, cap. IV art. 26, “quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional”, o termo mosaico é usado para representar um modelo de gestão integrada das Unidades de Conservação e áreas protegidas. Esta definição foi originalmente apresentada na proposta de criação da Reserva Ecológica Integrada da Serra de Paranapiacaba (LINO, 1992), integrando o mosaico à gestão de Unidades de Conservação do Vale do Ribeira, em São Paulo.

O significado da palavra mosaico, adotado pelo SNUC, vai além da forma física da paisagem que é composta por fragmentos naturais ou não, de diferentes formas, conteúdos e funções. Este conjunto de unidades de conservação e áreas protegidas é considerado um mosaico, quando sua gestão é feita de maneira integrada, pois assim como os ecossistemas ali presentes são interdependentes, suas administrações também devem ser.

Com base no Decreto nº 4.340/2002 (SNUC), este modelo de gestão integrada, mosaico, tem como objetivo compatibilizar, integrar e aperfeiçoar as atividades desenvolvidas em cada unidade de conservação, tendo em vista, especialmente os usos na fronteira entre unidades, o acesso às unidades, a fiscalização, o monitoramento e avaliação dos Planos de Manejo, a pesquisa científica e a alocação de recursos advindos da compensação referente ao licenciamento ambiental de empreendimentos com significativo impacto ambiental, assim como estreitar a relação com a população residente na região do mosaico.

MOSAICO E SISNAMA

O Mosaico de Unidades de Conservação e Áreas Protegidas reforça o Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, pois para que este aconteça, diferentes órgãos governamentais (federalis, estaduais e municipais), planejam juntos e compartilham suas atividades, ultrapassando seus limites políticos geográficos para atingirem os objetivos do mosaico. Podem participar do conselho de um mosaico, órgãos e instituições, como IBAMA, Fundação Nacional dos Índios - FUNAI, Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Organizações Não-Governamentais – ONGs, associações de pescadores, de moradores e de indústrias, representantes de Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, representantes quilombolas, sindicatos, etc.

Para que a gestão integrada entre os órgãos e a sociedade civil aconteça são necessárias algumas premissas e estratégias:

- O Mosaico deve ser entendido como um organismo vivo, no qual suas partes dependem uma das outras para viver.
- É preciso mudar a visão das unidades de conservação e áreas protegidas como “Ilhas Isoladas”, ou seja, espaços auto-suficientes tanto administrativos quanto ecologicamente, sem gestão territorial integrada. As unidades de conservação e áreas protegidas são compostas de ecossistemas, que possuem uma biodiversidade relevante, a qual, para sobreviver, depende da interação saudável com a região onde estão localizadas. Com isso, se faz necessário uma cooperação administrativa entre os diferentes atores presentes na região, para que possam garantir os processos ecológicos essenciais e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais.
- Criar comunicação e diálogo efetivo, de maneira fácil e clara entre os representantes dos componentes do Mosaico, que podem ser redes, agenda de reuniões previamente marcada, etc.



- Ter uma secretaria executiva enxuta para garantir que as decisões tomadas em conjunto sejam transmitidas e executadas.
- Divulgar o Mosaico para as comunidades, instituições, órgão e todos que fazem parte dos seus limites, com a finalidade de criar uma identidade coletiva construída em torno de um conjunto de valores comuns.
- Fortalecer a noção de comunidade onde todos os membros sabem que serão amparados em seus esforços para atingir os seus próprios objetivos.
- Segundo Capra (2005), a idéia básica de gestão é a de dirigir a organização, conduzindo-a numa direção compa-tível com as suas metas e objetivos. Numa gestão integrada esta condução deve ser feita de maneira compartilhada, onde suas metas e objetivos levam a uma visão de futuro comum.
- A integração das partes do Mosaico exige novas posturas administrativas, a fim de aperfeiçoar as atividades buscando um ajuste na escala dos programas de conservação. Os atrasos e conflitos desnecessários podem ser resolvidos mais facilmente caso sejam antecipados os principais desafios enfrentados pelos planejadores da paisagem e executores dos planos.
- É preciso ultrapassar os limites de suas unidades e planejar a gestão em conjunto pensando em uma escala que englobe todo o ecossistema a ser preservado e manejado de forma sustentável. Para isso a comunicação dinâmica, constante e clara, é necessária para que não se repitam projetos fragmentados em órgão diferentes ou até mesmo dentro do próprio órgão, para o território do Mosaico. Os projetos devem ser compartilhados para se tornarem mais fortes e conseguirem atingir seus objetivos de maneira integral alcançando toda a área do Mosaico.
- Instituições privadas, comunidades, prefeituras, entre

outros atores, que fazem parte da paisagem do Mosaico, devem ser convidados a participar do planejamento deste território. Com isso conhecerão a realidade na qual vivem, entendendo que suas ações refletem em toda a dinâmica do Mosaico, podendo assim adequar suas atividades econômicas e outras, à dinâmica do ecossistema local visando um desenvolvimento sustentável regional.

MOSAICOS, CORREDORES ECOLÓGICOS E RESERVAS DA BIOSFERA

Os Mosaicos poderão fortalecer os corredores ecológicos, na medida em que as regiões, nas quais estão inseridas as áreas biologicamente prioritárias passem a ser geridas de forma integrada. Com isso, ampliará a escala de planejamento territorial e despertará uma conscientização para a importância da preservação da biodiversidade local, incentivando práticas de manejo mais apropriadas, minimizando os impactos negativos das atividades antrópicas sobre os corredores ecológicos, podendo assim diminuir os efeitos de borda e ampliar seus limites. Desta maneira, aumentam as chances de reconectar as áreas naturais interrompidas entre as unidades de conservação e também entre os Mosaicos.

O mosaico é um instrumento de gestão que abrange os três tipos de zonas territoriais das Reservas da Biosfera: Zonas Núcleo (unidades de conservação e áreas protegidas), Zonas e Amortecimento (entorno das zonas núcleo, ou entre elas, comunidades tradicionais) e Zonas de Transição (envolvem as zonas de amortecimento e núcleo, áreas urbanas, agrícolas e industriais). Compartilha, com as Reservas da Biosfera, os objetivos de conservação da biodiversidade e promoção do desenvolvimento sustentável, entre outros. Os Mosaicos reforçam as Reservas da Biosfera, e vice versa, pois incorporam processos sociais, econômicos e políticos ao bioma, de modo a planejar paisagens mais saudáveis (Primack e Rodrigues, 2001).



MOSAICOS NO BRASIL

O primeiro Mosaico de Unidades de Conservação do Brasil, segundo a normatização do SNUC, foi criado em março de 2005 no Piauí. Ao mesmo tempo foi criado um Corredor Ecológico integrando as duas unidades que o compõe. Em maio de 2006, o segundo Mosaico foi criado abrangendo o litoral sul de São Paulo e litoral do Paraná. Os mais recentes mosaicos brasileiros de âmbito federal são: Mosaico Mantiqueira, Mosaico Bocaina e Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense, abrangendo municípios dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, todos fazendo parte do Corredor da Biodiversidade da Serra do Mar, foco central desta publicação.

No âmbito estadual a figura dos Mosaicos também vem ganhando força. No Estado de São Paulo, foi criado o Mosaico da Juréia incluindo nove unidades de conservação e está em fase final a formalização do Mosaico Jacupiranga incluindo treze unidades de conservação.

Percebe-se, que este novo modelo de gestão integrada cruza fronteiras, ultrapassa limites políticos municipais e estaduais, levando, segundo CI, ao máximo de resultados positivos à conservação, com o mínimo de custo à sociedade (CABS, 2000).

Da mesma forma, ao integrar territórios e articular instituições, os mosaicos vêm se transformando em um dos principais instrumentos de implementação da Reservas da Biosfera no Brasil, especialmente da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica que coordena o projeto de criação dos três Mosaicos de Unidades de Conservação da Serra do Mar apresentados a seguir.

Manuela Tambellini

Mestranda em Ciência Ambiental do curso de Pós-graduação em Ciência Ambiental – PGCA da Universidade Federal Fluminense - UFF.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPRA, Fritjof. As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2005.

CABS – Center for Applied Biodiversity Science – 200. Planejando Paisagens Sustentáveis A Mata Atlântica Brasileira

LINO, C.F. “Reserva Ecológica Integrada da Serra do Parana-
piacaba, Vale do Ribeira, SP”. Proposta técnica do Instituto
Florestal de São Paulo; 1992.

METZGER, J.P. O que é ecologia da paisagem? Biota Neotropica.
V.1, n.12, 2001.

PRIMACK, Richard B.; RODRIGUES, Efraim. *Biologia da
Conservação*. Londrina: Planta, 2001.



2 - PROGRAMA MOSAICOS DA MATA ATLÂNTICA - CN-RBMA

O Programa Mosaicos da Mata Atlântica, coordenado pela RBMA, foi criado em 2004 e tem por objetivos básicos:

- Promover a gestão integrada de unidades de conservação vizinhas, otimizando recursos materiais, técnicos e humanos, bem como a integração de Políticas entre seus órgãos gestores e a sociedade local;
- Utilizar a figura do Mosaico como mecanismo de adequação de limites de categorias de UCs para um melhor ordenamento territorial e harmonização das necessidades de Conservação e Desenvolvimento Sustentável na Mata Atlântica.

Além do “*Projeto de Apoio ao Reconhecimento dos Mosaicos de Unidades de Conservação no Corredor da Serra do Mar*”, desenvolvido através do Contrato IA-RBMA/CEPF, de dezembro de 2005 a fevereiro de 2007, que subsidiou a criação dos MOSAICOS DA BOCAINA; MOSAICO MATA ATLÂNTICA CENTRAL FLUMINENSE e MOSAICO DA MANTIQUEIRA, apresentados neste Caderno, o Programa Mosaicos da Mata Atlântica, está apoiando a elaboração e implementação de projetos para reconhecimento de vários outros mosaicos de UCs e áreas protegidas na Mata Atlântica, destacando-se :

- Mosaicos de Florestas Urbanas de Recife - PE,
- Mosaico de Jacupiranga - SP,
- Mosaicos dos Manguezais da Grande Vitória - ES,
- Mosaicos dos Minicorredores do Corredor Central da Mata Atlântica - ES.



3 - PROJETO DE APOIO AO RECONHECIMENTO DOS MOSAICOS NO CORREDOR DA SERRA DO MAR

Contrato IA-RBMA e CEPF - dez. 2005-fev. 2007

O fortalecimento de Corredores Ecológicos e a criação de Mosaicos de UCs e áreas protegidas foram definidos, no Planejamento Estratégico da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, como linha prioritária de conservação, o que pressupõe a consolidação, o fortalecimento e a criação de UCs e de seus instrumentos de gestão, numa visão de articulação entre elas e seus entornos.

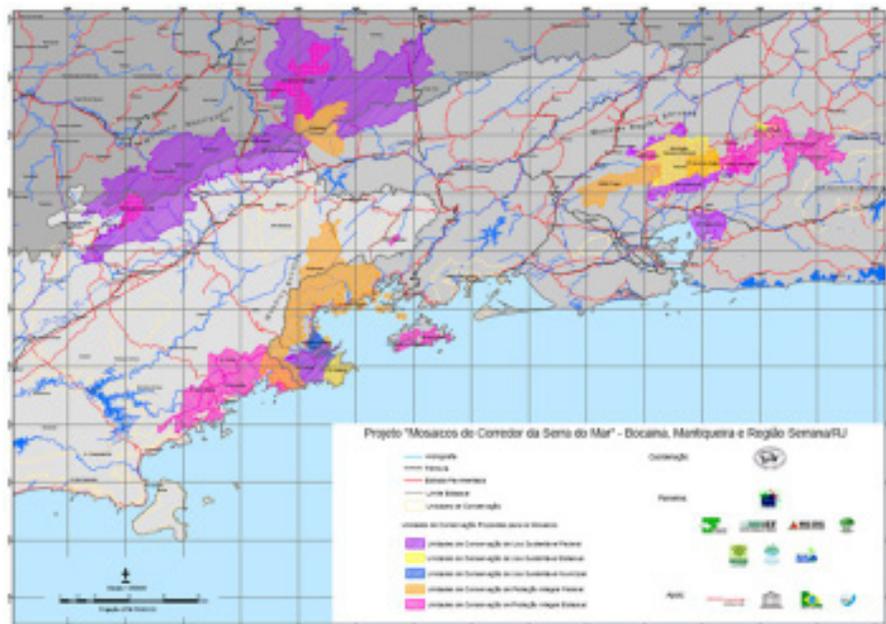
Neste sentido, o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, através do **Instituto Amigos da RBMA, em dezembro de 2005, firmou contrato com o Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos – CEPF** (iniciativa conjunta da Conservação Internacional, *GEF*, Governo do Japão, Fundação McArthur e Banco Mundial) para realização do **“Projeto de Apoio ao Reconhecimento dos Mosaicos no Corredor da Serra do Mar”**.

O Bioma Mata Atlântica é caracterizado, por diversos estudos, como prioritário para a conservação no mundo. É constituído por um complexo de formações florestais e por um conjunto de ecossistemas altamente alterados e ameaçados pela ação humana, resultando em um mosaico de paisagens com fragmentos vegetais de diferentes tamanhos, formas, condições ecológicas, níveis de conservação e pressão distintos.

Entre essas paisagens se destacam as regiões propostas por este Projeto, e agora reconhecidas pelo MMA, como **Mosaicos de Unidades de Conservação no Corredor da Serra do Mar e da Mantiqueira**, em cujos limites estão representados grande parte dos ecossistemas que compõem a Mata Atlântica incluindo ecossistemas associados como os campos de altitudes e insulares.



MAPA DOS MOSAICOS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA SERRA DO MAR



A estratégia adotada pelo referido Projeto foi de contribuir com as iniciativas de organismos gestores de UCs, em andamento, para proposição e articulação dos Mosaicos em diferentes regiões da Serra do Mar. Para tanto, foram selecionadas três áreas prioritárias para trabalho, sendo: Bocaina - SP e RJ; Mantiqueira - MG, SP e RJ e Central Fluminense - RJ.

O Projeto, coordenado pelo IA-RBMA, foi realizado em parceria com diversas instituições governamentais, gestoras das UCs que compõem os Mosaicos, e de Organizações não-Governamentais que atuaram como articuladoras regionais.

A criação dos Mosaicos tem como **objetivo principal** estimular a gestão integrada entre as diversas unidades de conservação, contribuindo para a preservação e conservação dos recursos

naturais, bem como para o desenvolvimento sustentável do território onde se situam nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

A implementação dos Mosaicos exige que ações sejam planejadas e executadas de forma integrada, objetivando o desenvolvimento sustentável da região, priorizando a preservação da paisagem, da biodiversidade, e o desenvolvimento de atividades produtivas ligadas à cultura local, à mata e aos ambientes marinhos.

Neste sentido os **objetivos específicos** definidos pelo Projeto para reconhecimento dos Mosaicos no Corredor da Serra do Mar, foram:

- Institucionalizar e implementar a gestão integrada das UCs e outras áreas protegidas;
- Fortalecer a identidade regional e a gestão do território considerando as diversas categorias de manejo das UCs;
- Fortalecer a gestão de cada UC integrante do mosaico;
- Sistematizar e disseminar informações sobre práticas de gestão e oportunidades (capacitação, captação de recursos, etc.);
- Fomentar e consolidar fóruns regionais de diálogo de práticas sustentáveis, de gestão e desenvolvimento;
- Gerar subsídios e conhecimento para a tomada de decisões conjuntas;
- Otimizar e fortalecer relações das instituições gestoras de UCs com a sociedade;
- Identificar e fomentar arranjos produtivos locais para desenvolvimento sustentável;
- Promover a formação de redes e o fortalecimento das existentes.

O “Projeto de Apoio ao reconhecimento dos Mosaicos no Corredor da Serra do Mar” seguiu as seguintes **etapas metodológicas**:

a- Reuniões de Planejamento: visaram o detalhamento do plano operacional e a preparação das oficinas regionais com os representantes dos órgãos gestores de UCs, articuladores Regionais e parceiros estratégicos.



b- Mobilização: permanente em todo o projeto, esta etapa visou articular e mobilizar órgãos gestores e dirigentes de UCs, federais, estaduais, municipais e particulares; representantes não governamentais e a formação dos Grupos de Trabalhos (provisórios) de cada Mosaico.

c- Oficinas Regionais I (uma em cada Mosaico): tiveram por objetivos principais informar sobre o projeto e as ações já desenvolvidas nas regiões para reconhecimento do Mosaico; discutir o papel dos mosaicos; articular e definir as unidades e instituições participantes; apresentar informações, projetos e produtos em desenvolvimento ou previstos para região; discutir e referendar a área de interesse para criação e implementação do mosaico; propor arranjos institucionais; buscar a definição de parceiros; validar ou formar Grupo de Trabalho; definir responsabilidades e agenda integrada de trabalho.

d- Reuniões dos GTs de cada Mosaico: Visavam, a partir das discussões e subsídios gerados pela Oficina Regional I, elaborar a minuta da Portaria, com o Conselho Gestor do Mosaico, e diretrizes para o Plano Estratégico de Ação.

e- Reuniões Técnicas Regionais e Setoriais: contaram com a colaboração direta dos diversos representantes e gestores das UCs propostas para os mosaicos e tiveram por objetivo maior encaminhar as minutas dos documentos e instrumentos técnicos e jurídicos, elaborados pelos GTs, para discussão e análise dos setores competentes nas diversas instâncias gestoras das UCs; propor a criação de novas UCs e articular o envio ao MMA da Carta de Adesão de cada órgão responsável pela gestão das UCs propostas para compor o Mosaico.

f- Oficinas Regionais II (uma em cada Mosaico): tiveram por objetivos principais na primeira parte - Consolidar e validar as minutas de Portarias para reconhecimento dos Mosaicos e proposta de suas Instâncias Gestoras. Na segunda parte - Elaborar Plano Estratégico de Ação e Agenda de Trabalho.

g- Encaminhamento de documentação para o MMA: nesta

etapa foram encaminhadas as minutas de Portarias, justificativas e Cartas de Adesão dos órgãos gestores de cada UC dos Mosaicos, para análise dos setores competentes do MMA, e acompanhado todo o processo até a sua aprovação e envio das Portarias, assinadas pela Ministra do Meio Ambiente, para publicação no Diário Oficial da União.

h- Reuniões de Posse dos Conselhos Consultivos dos três Mosaicos: esta etapa, que não estava prevista inicialmente, e foi viabilizada pela agilidade com que foi conduzido o processo por todos os parceiros e no MMA, consistiu na articulação da indicação dos representantes governamentais e da sociedade civil para serem empossados no Conselho Consultivo de cada Mosaico pelo Ministério do Meio Ambiente, conforme estabelecido nas Portarias. Nas reuniões de posse realizadas foram também eleitos, o Presidente e a Secretaria Executiva a Coordenação e Secretaria Executiva de cada Mosaico e, elaboradas a agenda de trabalho para discussão e aprovação dos seus regimentos internos e validação e implementação dos Planos Estratégico de Ação pelos membros dos conselhos Gestores empossados.

i- Material de Divulgação e Mobilização: Foram elaborados e lançados os Pôsteres de cada Mosaico; o Caderno da Série da RBMA: Mosaicos de UCs no Corredor da Serra do Mar; e um CD-ROM do Projeto com toda a documentação do processo de reconhecimento dos três mosaicos e Powerpoint de cada Mosaico

No dia **11 de dezembro de 2006, a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva**, subsidiada pela documentação apresentada pelo Projeto, reconheceu através das **Portarias do MMA nº 349, 350 e 351, os três novos Mosaicos de Unidades de Conservação da Mata Atlântica na região do Corredor das Serras do Mar e Mantiqueira:**

- **Mosaico de Unidades de Conservação da Região da Serra da Bocaina, Mosaico Bocaina, que abrange uma área de 221.754 hectares, 9 municípios, localizados**



no Vale do Paraíba do Sul, litoral sul do Estado do Rio de Janeiro e litoral norte do Estado de São Paulo, e 10 Unidades de Conservação e suas zonas de amortecimento, a saber: Parque Nacional da Serra da Bocaina, Estação Ecológica de Tamoios, Área de Proteção Ambiental de Cairuçu, Área de Proteção Ambiental de Tamoios, Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, Parque Estadual Marinho do Aventureiro, Parque Estadual da Serra do Mar (Núcleos – Picingüaba, Cunha e Santa Virgínia), Parque Estadual Ilha Anchieta, Estação Ecológica de Bananal, Área de Proteção Ambiental Municipal da Baía de Parati, Parati-Mirim e Saco do Mamanguá.

Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro, que abrange uma área com cerca de 233.710 hectares, 13 municípios e 22 Unidades de Conservação e suas zonas de amortecimento, a saber:

Área de Proteção Ambiental Federal de Guapimirim, Área de Proteção Ambiental Federal de Petrópolis, Estação Ecológica Federal Guanabara, Parque Nacional da Serra dos Órgãos, Reserva Biológica Federal de Tinguá, Área de Proteção Ambiental Estadual da Bacia do Rio dos Frades, Área de Proteção Ambiental Estadual da Floresta do Jacarandá, Área de Proteção Ambiental Estadual da Bacia do Rio Macacu, Área de Proteção Ambiental Estadual de Macaé de Cima, Estação Ecológica Estadual do Paraíso, Parque Estadual dos Três Picos, Reserva Biológica Estadual de Araras, Área de Proteção Ambiental Estadual Maravilha, Parque Natural Municipal da Araçonga, Monumento Natural Municipal Pedra das Flores, Estação Ecológica Municipal Monte das Flores, Área de Proteção Ambiental Municipal Guapi-guapiaçu, Parque Natural Municipal da Taquara, RPPN CEC - Tinguá, RPPN El Nagual, RPPN Querência e RPPN Graziela Maciel Barroso.

Mosaico de Unidades de Conservação da Região da Serra da Mantiqueira, “Mosaico Mantiqueira”, que abrange uma área com cerca de 445.615 hectares, 37 municípios e 19 Unidades de Conservação e suas zonas

de amortecimento, nos Estados de MG, SP e RJ, a saber: Área de Proteção Ambiental Federal da Serra da Mantiqueira, Parque Nacional do Itatiaia, Área de Proteção Ambiental Federal dos Mananciais do Rio Paraíba do Sul, Floresta Nacional de Lorena, Floresta Nacional de Passa Quatro, Parque Estadual de Campos do Jordão, Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão, Parque Estadual Serra do Papagaio, Área de Proteção Ambiental Estadual Fernão Dias, Área de Proteção Ambiental Estadual de Campos do Jordão, Área de Proteção Ambiental Estadual de Sapucaí Mirim, Área de Proteção Ambiental Estadual São Francisco Xavier, Parque Municipal da Serrinha do Alambari, Parque Municipal da Cachoeira da Fumaça, Área de Proteção Ambiental Municipal da Serrinha do Alambari, Área de Proteção Ambiental Municipal de Campos do Jordão, RPPN Ave Lavrinha, RPPN Mitra do Bispo, RPPN Alto Gamarra.

Os Conselhos Gestores dos Três Mosaicos foram empossados nas seguintes Reuniões realizadas no decorrer do mês de fevereiro de 2007:

- **Mosaico Mantiqueira:** Reunião de Posse: dia 8 de fevereiro de 2007- APA Serra da Mantiqueira, Itamonte – MG.
- **Mosaico Bocaina:** Reunião de Posse: dia 12 de fevereiro de 2007- PESM - Núcleo Picinguaba, Ubatuba – SP.
- **Mosaico Mata Atlântica Central Fluminense:** Reunião de Posse: dia 14 de fevereiro de 2007 - Auditório do IBAMA, Rio de Janeiro - RJ.

Os principais produtos gerados pelo “Projeto de Apoio ao Reconhecimento dos Mosaicos no Corredor da Serra do Mar”, foram:

- **Produto 1** - Minuta da Portarias, assinadas pelo MMA, reconhecendo os três novos Mosaicos no Corredor da Serra do Mar.
- **Produto 2** - Cd-ROM: Informações e produtos do Projeto e Dossiês de informações dos Mosaicos.

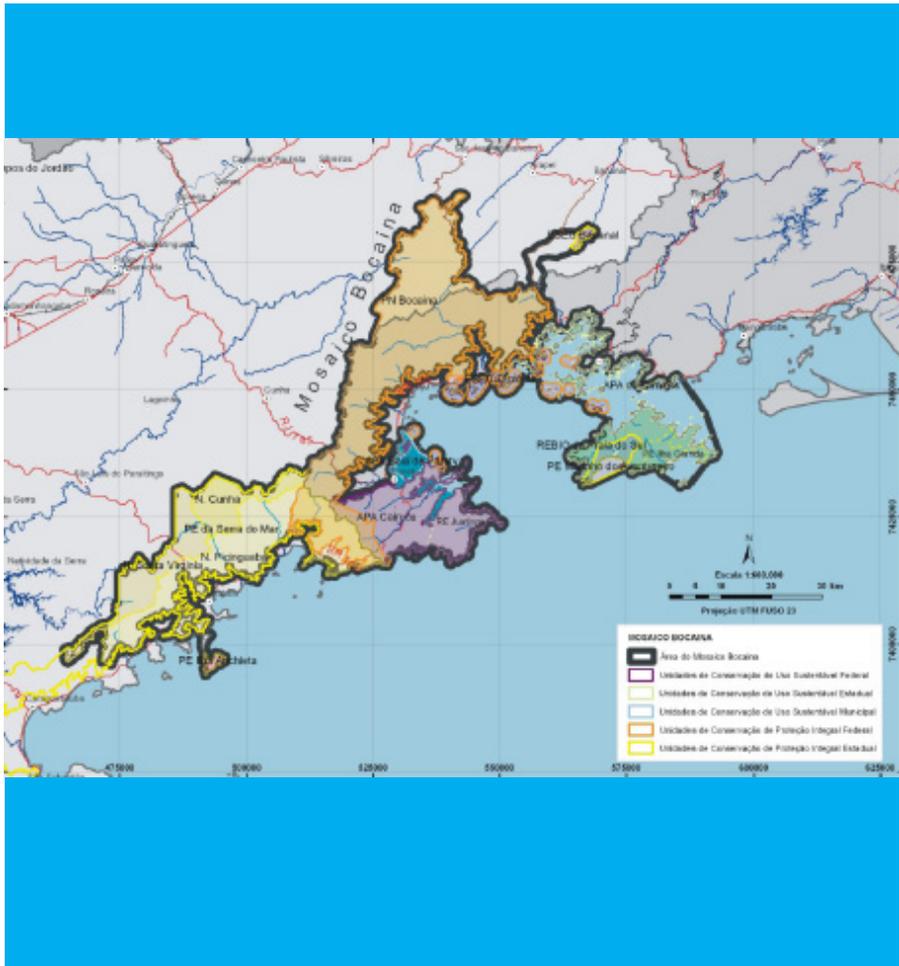


- **Produto 3** - Plano de Gestão Estratégica dos três Mosaicos (Minutas).
- **Produto 4** - Rede de Parceria articulando agentes ambientais, moradores e instituições atuantes no Corredor da Serra do Mar (grupos eletrônicos).
- **Produto 5** - Caderno da Série RBMA sobre os Três Mosaicos.
- **Produto 6** - Pôsteres dos três Mosaicos na Serra do Mar.

4 - OS MOSAICOS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO CORREDOR DA SERRA DO MAR

4.1 - O MOSAICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA REGIÃO DA SERRA DA BOCAINA – MOSAICO BOCAINA

4.1.1 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO





4.1.2 - FOTOS



Foto: Arquivo ESEC Tamoios.



Foto: Adriana Mattoso.



Foto: Arq. Núcleo Santa Virgínia.



Foto: Adriana Mattoso.



Foto: Adriana Mattoso



Foto: Adriana Mattoso.

4.1.3 - JUSTIFICATIVA

O Mosaico de Unidades de Conservação da Região da Serra da BOCAINA, denominado Mosaico Bocaina, abrange uma área de 221.754 ha, nove municípios nos estados de Rio de Janeiro e São Paulo, e 10 Unidades de Conservação e suas zonas de amortecimento, localizadas no Vale do Paraíba do Sul, Litoral Sul do Estado do Rio de Janeiro e Litoral Norte do Estado de São Paulo, a saber:

I - Estado de Rio de Janeiro, englobando os municípios de Angra dos Reis e Paraty.

II – Estado de São Paulo, englobando os municípios de Ubatuba, Cunha, São Luiz do Paraitinga, Natividade da Serra, São José do Barreiro, Areias e Bananal.

O Mosaico da Bocaina é composto por 10 Unidades de Conservação localizadas na região da Serra do Mar, Serra da Bocaina, Litoral Norte de São Paulo, Alto Vale do Paraíba e Baía da Ilha Grande, no Litoral Sul Fluminense.

A sua criação tem como objetivo estimular a gestão integrada entre as diversas Unidades de Conservação, contribuindo para a preservação e conservação dos recursos naturais e pesqueiros, bem como para o desenvolvimento sustentado deste território situado na divisa entre dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

O total de fragmentos florestais da região é de 254.433,42 ha, sem incluir as unidades da FEEMA. Abrangendo nove municípios – Angra dos Reis e Paraty (RJ); Ubatuba, Cunha, São Luiz do Paraitinga, Natividade da Serra, São José do Barreiro, Areias e Bananal (SP); dentro de seus limites estão representados praticamente todos os ecossistemas associados à Mata Atlântica, desde campos de altitudes aos insulares.

A área compreendida pelo Mosaico proposto representa um importante fragmento do Domínio da Mata Atlântica, agrupando



ampla diversidade de tipos vegetacionais, grandes extensões contínuas de áreas florestadas, sob diversos domínios geomorfológicos.

Inclui desde áreas costeiras até vertentes íngremes no alto do planalto dissecado da Bocaina, do nível do mar a 2.088 metros de altitude. É considerado um dos principais redutos de Floresta Atlântica, coberto pela Floresta Ombrófila Densa (Submontana, Montana e Alto Montana), Floresta Ombrófila Mista Alto Montana, apresentando porções de ecossistemas marinhos, costeiros, insulares e Campos de Altitude, ainda em bom estado de conservação, apesar dos inúmeros pontos de interferência humana.

Devem-se destacar a alta diversidade e complexidade natural da área, resultantes das inúmeras combinações entre tipos de relevo, altitudes, características topográficas, rede de drenagem, substrato rochoso, solos e cobertura vegetal natural. É um território repleto de endemismos, refúgios ecológicos e espécies ameaçadas de extinção.

A Região da Serra do Mar é incluída no Hotspot Mata Atlântica, uma das poucas áreas que ainda possui comunidades completas de espécies nas quais os processos ecológicos e evolutivos continuam intactos. O Corredor da Serra do Mar é uma das áreas mais ricas em biodiversidade em toda a Mata Atlântica.

CONTEXTO

A região de divisa entre Rio e São Paulo, situa-se na principal área de expansão das redes de interiorização territorial do centro-sul brasileiro, na qual ocorreram todos os ciclos de desenvolvimento econômico — da exploração indiscriminada dos recursos naturais à atual exploração turística.

O início foi a partir de Paraty, com a abertura do Caminho do Ouro, no século XVII, que era a melhor opção de acesso entre a cidade do Rio de Janeiro e as Minas Gerais. Na verdade existiam vários acessos, (os Descaminhos) que deixaram importante

testemunho, materializado nos vestígios e trechos das calçadas de pedra que ainda se encontram ligando São Luiz do Paraitinga a Ubatuba, Cunha a Paraty e Mambucaba, Mambucaba a São Jose do Barreiro e Angra dos Reis a Bananal.

Até o século XIX, a região foi palco importante de eventos econômicos, com o apogeu das cidades de Areias, Bananal, São Jose do Barreiro, Ubatuba, Paraty e São Luiz do Paraitinga. Desta época, a arquitetura e a cultura tropeira foram o melhor legado. Após intensa exploração da floresta, a interiorização do café em direção à bacia do rio Tietê desencadeou o período de decadência. O relevo acentuado dificultou a abertura de vias amplas para o fluxo de mercadorias, fazendo com que seus portos — Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba — perdessem importância como escoadouros da produção. As tropas cederam lugar à ferrovia, que veio ligar São Paulo ao Rio de Janeiro no final do século XIX.

Após a fase cafeeira, a região do planalto – São Luiz do Paraitinga, Cunha, Areias, São José do Barreiro e Bananal passaram por vários ciclos econômicos. Atualmente, são produtores de arroz, batata, mandioca, milho, feijão, tomate, frutas, verduras e até mesmo flores, mas o predomínio é a pecuária leiteira e agropecuária, que vêm cedendo rapidamente lugar à silvicultura, por meio do reflorestamento de pinus e eucalipto.

Já a região litorânea – Ubatuba, Paraty e Angra dos Reis têm na pesca e no turismo sua principal atividade econômica, com declínio acentuado da primeira e desenvolvimento desenfreado da segunda.

A atividade industrial é representada pelo estaleiro Verolme, Usinas Nucleares e o Terminal da Petrobrás, concentrados em Angra dos Reis.

A abertura da BR-101 - rodovia Rio-Santos na década de 1970, a instalação do terminal portuário da Petrobrás e das Usinas Nucleares em Angra dos Reis, foram obras monumentais que provocaram grandes modificações sociais e econômicas na região.



Todas foram construídas sem qualquer preocupação com os impactos paisagísticos, ambientais e sociais que causariam. Como conseqüência a região tornou-se foco de tensão social entre empreendedores e caiçaras, causada pela especulação imobiliária devido à brutal valorização das terras à beira mar.

Nas encostas e planícies, nos ambientes costeiros e insulares, a pressão ambiental vem sendo causada pela expansão urbana e turística, desordenada e descontrolada, além da caça, tráfico de animais silvestres e a extração ilegal de madeira, palmito nativo e plantas ornamentais.

Nos ambientes marinhos, o desenvolvimento tecnológico e a expansão da atividade pesqueira, vêm causando a queda da produção com perda da sustentabilidade.

A urbanização da faixa litorânea decorrente da construção da BR 101, representada nos mais diversos tipos e padrões econômicos de ocupação habitacional fixa ou de turismo, marinas e outros empreendimentos, vem degradando a faixa litorânea com edificações em áreas de preservação permanente, principalmente nas ilhas e costões, maculando a paisagem das encostas com queimadas e desmatamentos; com a alteração dos regimes hídricos; com o aumento de despejos de esgotos “in natura”; com a ineficiente coleta, destinação final e tratamento do lixo, que se acentua significativamente nos períodos de férias e feriados.

A região abrangida pelo Mosaico da Serra da Bocaina encontra-se inserida numa das áreas mais adensadas do país, o eixo Rio - São Paulo. O relevo fortemente ondulado impróprio para cultivos agrícolas, e a ausência de malha viária adequada até a década de 70 permitiu que o maciço florestal sofresse pouca degradação.

BIODIVERSIDADE

No Mosaico da Bocaina é possível identificar oito ecossistemas associados ao bioma Mata Atlântica, são eles: florestas ombrófilas em diversos estágios de sucessão, manguezais, restingas,

ambientes marinhos e insulares, costões rochosos, maciços rochosos e campos de altitude.

A Serra do Mar proporciona grande heterogeneidade ambiental, com encostas ora voltadas para o mar, ora para o continente, fazendo com que os regimes de ventos, salinidade e precipitação sejam diferentes. Além disso, variações topográficas, solos com diferentes fertilidades, profundidades, idades pedogenéticas propiciam condições diferenciadas para o estabelecimento das espécies (Sanchez, 1994). A grande heterogeneidade ambiental implica numa grande diversidade de plantas e animais.

O litoral do Mosaico é caracterizado por apresentar uma linha de costa bastante recortada, formando baías, enseadas e sacos. A presença imponente da Serra do Mar, que acompanha quase paralela à linha da costa, com rios normalmente de pequeno porte que deságuam diretamente no litoral determina a formação de manguezais nas áreas mais abrigadas. Estes manguezais encontram-se normalmente associados com áreas de intenso acúmulo de sedimentos finos, siltes e argilas, formando os baixios. Grosso modo, os ambientes marinhos deste litoral se comportam como áreas de transição entre a terra e o mar. Do continente recebem toda a matéria orgânica proveniente da Serra do Mar, através do deságüe dos rios, e da produção dos manguezais. Do mar, recebem os nutrientes vindos das águas profundas do oceano durante o verão (ACAS), durante o inverno (frente fria) que afloram próximo a costa e penetram na Baía pelo canal entre a Ponta da Juatinga e a Ilha Grande, causando o fenômeno da ressurgência.

O elevado índice pluviométrico anual somado à fisiografia da região, com inúmeras baías, enseadas e sacos, onde a circulação de água é restrita, fazem desta região uma dos ambientes aquáticos mais ricos em micro-nutrientes do Brasil.

À exceção da região compreendida entre a Ponta da Trindade, Ponta da Juatinga e as Praias do Núcleo de Picinguaba, o litoral do Mosaico situa-se no interior da Baía da Ilha Grande. Esta região é um ecossistema costeiro de grande importância eco-



lógica, caracterizado pela presença da própria Ilha Grande, com 180 km² de superfície, que protege a região das freqüentes tempestades de sul e sudoeste que durante o outono e inverno promovem fortes ressacas nas regiões de mar aberto.

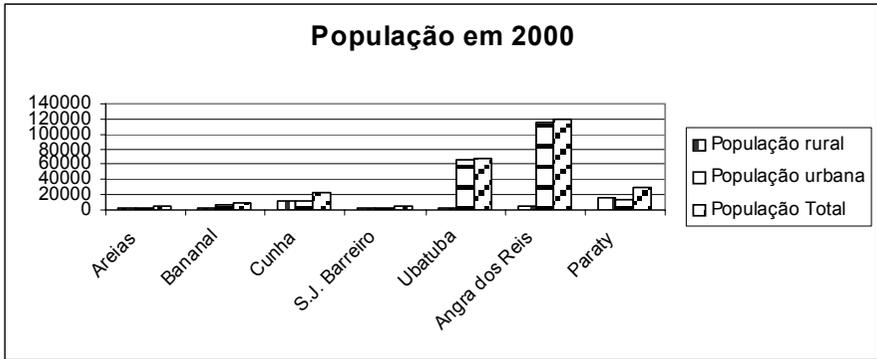
Verifica-se que os maiores problemas ligados aos ambientes marinhos do Mosaico Bocaina consistem na falta de ordenamento e controle das atividades humanas de uso do espaço marinho. Tanto as atividades turísticas como os de pesca têm enorme potencial para se desenvolverem de maneira integrada e complementar.

Levantamentos da história natural, escritos de botânicos e depoimentos locais demonstram que o quadro de degradação vem se acentuando, há muitas décadas, nos domínios da Mata Atlântica da Serra do Mar, entre Norte de São Paulo e Sul do Rio de Janeiro. A maior parte de sua vegetação é constituída de formações florestais secundárias. No entanto, este fato não desmerece a qualidade da cobertura vegetal. Sua flora é particularmente diversificada no planalto e escarpas, possuindo um número alto de espécies endêmicas, e com freqüência, encontram-se espécies indicadoras de qualidade ambiental. As florestas abrangidas pelo Mosaico Bocaina constituem uma das áreas mais bem protegidas, tanto no Estado de São Paulo quanto no do Rio de Janeiro, onde o nível de desmatamento é baixo, compondo um dos seus últimos redutos florestais com remanescentes de floresta íntegra.

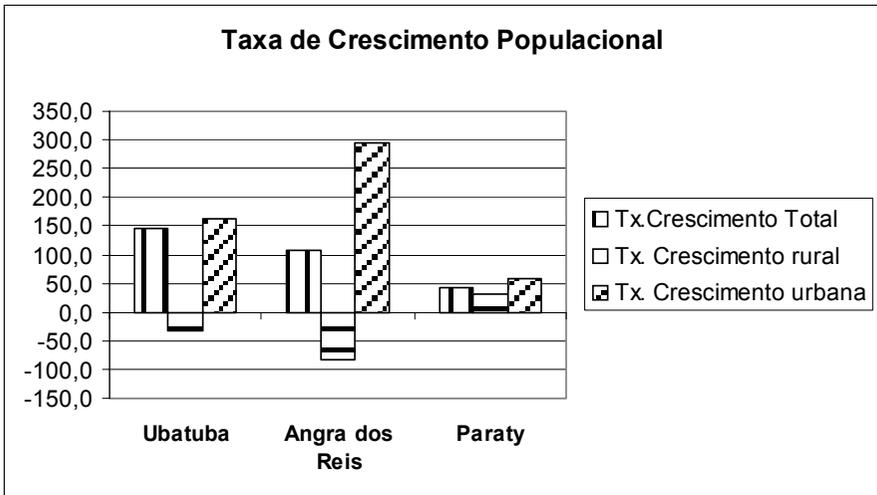
As diversas unidades de conservação, criadas nas décadas de 70, 80 e 90 em seus domínios, contribuíram para que os impactos ambientais fossem contidos.

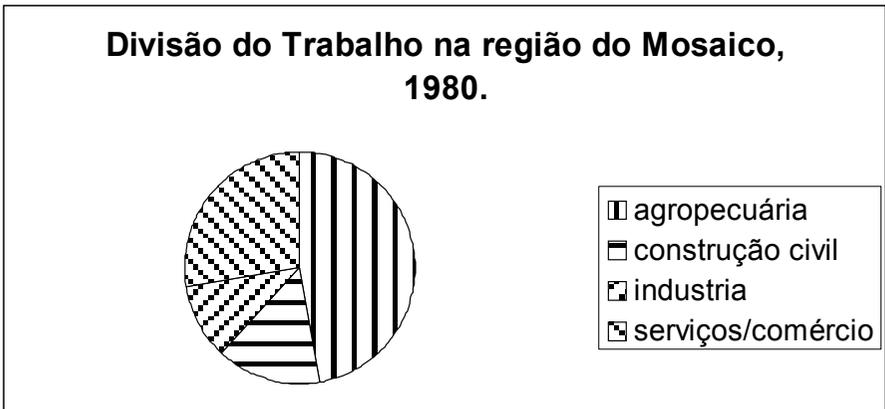
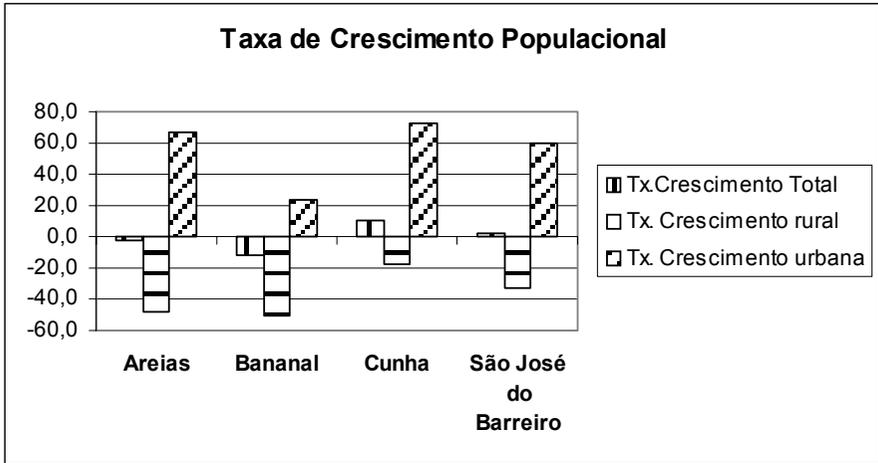
SOCIOECONOMIA

Os municípios componentes do Mosaico Bocaina abrigam 253.000 habitantes. Destes 39.000 são da zona rural e 114.00 são da zona urbana. (IBGE, 2000).



Conforme censo IBGE de 1980 a população total da região do Mosaico Bocaina era de 141.488 habitantes. Destes, 46% habitam a zona rural e 54 ocupam a zona urbana. A taxa de crescimento total foi de 81 %, contudo a zona urbana cresceu 183% e a zona rural teve crescimento negativo em 40%. Abaixo estão expostas as taxas de crescimento municipais:





Estes dados indicam que a pressão direta da população, dos moradores, sobre os recursos naturais dentro da zona de influência destas unidades, devido ao êxodo rural e o *boom* do turismo, tem-se deslocado para a faixa urbana, com ênfase na faixa litorânea. Se por um lado é facilitado o trabalho de recuperação e manutenção do território interior da mata, traz a necessidade de uma atenção diferenciada para os núcleos urbanos e as construções, particularmente de classe alta, nas

ilhas, manguezais, no Saco do Mamanguá e praias do litoral.

A região do Mosaico Bocaina representa bem o conceito de paisagem cultural, onde as feições da natureza determinaram o curso da sua história e o desenvolvimento da sua gente, desde os povos indígenas, os caiçaras, os tropeiros, os caipiras, até os migrantes, e por fim, os turistas.

Sua riqueza socioambiental exige que as ações sejam orientadas a partir de uma visão holística das situações e que as atividades sejam planejadas e executadas de forma integrada, objetivando o desenvolvimento sustentável da região, priorizando a preservação da paisagem, da biodiversidade, e o desenvolvimento de atividades produtivas ligadas à cultura local, à mata e aos ambientes marinhos.

É imperativo que as atividades conjuntas na área de Educação Ambiental sejam integradas à capacitação profissional voltada à conservação e ao turismo, para a sensibilização e formação de jovens que representam a massa crítica do amanhã; à divulgação dos Planos de Manejo das diversas Unidades de Conservação envolvidas e na criação e dinamização dos Conselhos Consultivos, para que a sociedade local participe da implementação das áreas protegidas e delas seja beneficiária, tornando-se aliada na conquista dos seus objetivos.

Além da fiscalização e controle, é fundamental o desenvolvimento de projetos de recuperação e enriquecimento de áreas degradadas e corredores ecológicos, bem como dos ambientes marinhos e insulares, para que sejam melhoradas as condições de fluxo gênico dentro do Mosaico.

Além das áreas legalmente protegidas, existe um conjunto de documentos legais que incide de maneira geral sobre áreas de preservação permanente e sobre recursos naturais. Em que se pese toda a proteção legal, a degradação dos recursos naturais desta região vem se agravando progressivamente.



Os recursos materiais e humanos disponibilizados para a conservação ainda são mínimos, as limitações culturais e institucionais para viabilizar a integração da gestão ambiental ainda prevalecem, mas devem ser superadas, e a instituição do Mosaico é sem dúvida o caminho mais adequado.

É preciso superar os entraves de “jurisdições” e outras insuficiências, e desenvolver meios efetivos de cooperação nas atividades acima propostas para que a legislação e os objetivos das UCs sejam cumpridos em toda essa área.

4.1.4 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO QUE COMPÕEM O MOSAICO BOCAINA

UCs Federais de Proteção Integral - RJ

PARQUE NACIONAL DA SERRA DA BOCAINA

Decreto Federal 70694/72

Área: aprox. 97.953,00 ha

Municípios: RJ - Angra dos Reis e Paraty e

SP - Areias, Cunha, São José do Barreiro e Ubatuba.

Órgão Responsável: IBAMA/RJ.

Ecossistemas predominantes: floresta tropical pluvial atlântica perenifolia e florestas de latitude.

ESTAÇÃO ECOLÓGICA TAMOIOS

Decreto Federal 98864/90

Área: aprox. 8.700,00 ha

Municípios: RJ - Angra dos Reis e Paraty.

Órgão Responsável: IBAMA/RJ.

Ecossistemas predominantes: floresta ombrófila densa e costões rochosos.

UC Federal de Uso Sustentável - RJ

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CAIRUÇU

Decreto Federal 89242/83

Área: aprox. 33.800,00 ha

Município: RJ - Paraty.

Órgão Responsável: IBAMA/RJ.

Ecosistemas predominantes: mata atlântica de encosta, floresta montana e sub-montana.

UCs Estaduais de Proteção Integral – RJ

PARQUE ESTADUAL MARINHO DO AVENTUREIRO

Decreto Estadual 15983/90

Área: aprox. 1.300,00 ha

Município: RJ - Angra dos Reis.

Órgãos Responsáveis: IEF/FEEMA/SEA.

Ecosistemas predominantes: costão rochoso e marinho.

RESERVA BIOLÓGICA DA PRAIA DO SUL

Decreto Estadual 4972/81

Área: aprox. 3.600,00 ha

Municípios: RJ - Ilha Grande e Angra dos Reis.

Órgãos Responsáveis: IEF/FEEMA/SEA.

Ecosistemas predominantes: mata atlântica, restinga, lagunar, manguezal, campos inundáveis (brejo) e costão rochoso.

UC Estadual de Uso Sustentável – RJ

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE TAMOIOS

Decreto Estadual 9452/86

Área: aprox. 90.000,00 ha

Município: RJ - Angra dos Reis.

Órgãos Responsáveis: IEF/FEEMA/SEA.

Ecosistemas predominantes: mata atlântica, restinga, manguezal e costão rochoso.

UC Municipal de Uso Sustentável – RJ

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL BAÍA DE PARATY, PARATY
MIRIM E SACO DO MAMANGUÁ

Lei Municipal 685/84

Área: aprox. 3.070,00 ha

Municípios: RJ - Paraty.



Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Pesca e Agricultura de Paraty.

Ecosistemas predominantes: marinho e costeiro, manguezal, restinga e floresta ombrófila densa.

UCs Estaduais de Proteção Integral - SP

PARQUE ESTADUAL ILHA ANCHIETA

Decreto Estadual 9629/77

Área: aprox. 830,00 ha

Município: SP - Ubatuba

Órgão Responsável: IF-SMA/SP.

Ecosistemas predominantes: mata atlântica (floresta tropical pluvial e restinga), campo antrópico, gleichenial e vegetação saxícola.

ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO BANANAL

Decreto Estadual 26890/87

Área: aprox. 884,00 ha

Município: SP - Bananal.

Órgão Responsável: IF-SMA/SP.

Ecosistemas predominantes: floresta ombrófila densa alto montana.

PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR - NÚCLEO PICINGÜABA

Decreto Estadual 10.251/77

Área: aprox. 47.500,00 ha

Município: SP - Ubatuba.

Órgão Responsável: IF-SMA/SP.

Ecosistemas predominantes: floresta ombrófila densa, restinga e manguezal.

PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR - NÚCLEO CUNHA

Decreto Estadual 10.251/77

Área: aprox. 14.000,00 ha

Municípios: SP - Cunha e Ubatuba.

Órgão Responsável: IF-SMA/SP.

Ecosistema predominante: floresta ombrófila densa.

PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR - NÚCLEO SANTA

VIRGÍNIA

Decreto Estadual 10.251/77

Área: aprox. 17.000,00 ha

Municípios: SP - São Luis do Paraitinga, Natividade da Serra e Cunha.

Órgão Responsável: IF-SMA/SP.

Ecosistema predominante: floresta ombrófila densa alto-montana.

4.1.5 - PORTARIA Nº 349, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2006 MOSAICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA SERRA DA BOCAINA

A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Lei no 9.986, de 18 de julho de 2000 e nos arts. 8º, 9º, 17 a 20 do Decreto no 4.340 de 22 de agosto de 2002, e o que consta do Processo Nº 02000.004418/2006-15, resolve:

Art. 1º Reconhecer como mosaico de unidades de conservação da região da Serra da Bocaina, o Mosaico Bocaina, abrangendo as seguintes unidades de conservação e suas zonas de amortecimento, localizadas no Vale do Paraíba do Sul, litoral do Estado do Rio de Janeiro e litoral norte do Estado de São Paulo:

I - do Estado do Rio de Janeiro:

a) sob a gestão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA:

1. Parque Nacional da Serra da Bocaina;
2. Estação Ecológica Tamoios;
3. Área de Proteção Ambiental Cairuçu.

b) sob a gestão da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano do Estado do Rio de Janeiro-FEEMA/SEMADUR:

1. Área de Proteção Ambiental de Tamoios;
2. Reserva Biológica da Praia do Sul;



3. Parque Estadual Marinho do Aventureiro.

c) sob a gestão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Pesca e Agricultura da Prefeitura Municipal de Parati:

1. Área de Proteção Ambiental Baía de Parati, Parati-Mirim, e Saco do Mamanguá.

II - do Estado de São Paulo:

a) sob a gestão do Instituto Florestal da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo- IF/SMA:

1. Parque Estadual da Serra do Mar (Núcleos Picingüaba, Cunha e Santa Virgínia);
2. Parque Estadual Ilha Anchieta;
3. Estação Ecológica do Bananal.

Art. 2º O Mosaico Bocaina contará com apoio de um Conselho Consultivo, que atuará como instância de gestão integrada das unidades de conservação constantes do art. 1º desta Portaria.

Art. 3º O Conselho Consultivo terá a seguinte composição:

I - representação governamental:

- a) os chefes, administradores ou gestores das unidades de conservação abrangidos pelo Mosaico Bocaina;
- b) um representante da Superintendência do IBAMA no Estado do Rio de Janeiro;
- c) um representante da Superintendência do IBAMA no Estado de São Paulo;
- d) um representante do IF/SMA do Estado de São Paulo;
- e) um representante da FEEMA/SEMADUR do Estado do Rio de Janeiro;
- f) um representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do Estado de São Paulo, de municípios inseridos no Mosaico Bocaina; e
- g) um representante de uma estatal que atue na região do Mo-

saico Bocaina, indicado pela maioria do Conselho.

II - representação da sociedade civil:

- a) um para cada unidade de conservação, indicado pelo seu Conselho Consultivo ou pelo gestor da unidade, quando não houver conselho;
- b) três representantes de entidades do setor turístico/cultural, preferencialmente um por região, indicado no *caput* do art. 1º desta Portaria;
- c) um representante das comunidades tradicionais, pescadores artesanais, quilombos, povos indígenas;
- d) um representante do setor empresarial;
- e) um representante do setor agrossilvopastoril;

Art. 4º Ao Conselho Consultivo compete:

I - elaborar seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instituição;

II - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar:

- a) as atividades desenvolvidas em cada unidade de conservação, tendo em vista, especialmente:
 - 1. os usos na fronteira entre unidades;
 - 2. o acesso às unidades;
 - 3. a fiscalização;
 - 4. o monitoramento e avaliação dos Planos de Manejo;
 - 5. a pesquisa científica;
 - 6. a alocação de recursos advindos da compensação referente ao licenciamento ambiental de empreendimentos com significativo impacto ambiental.
- b) a relação com a população residente na área do mosaico.

III - manifestar-se sobre propostas de solução para a sobreposição de unidades; e



IV - manifestar-se, quando provocado por órgãos executor, por conselho de unidade de conservação ou por outro órgão do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, sobre assunto de interesse para gestão do mosaico.

Art. 5º O Conselho Consultivo será presidido por um dos chefes das unidades de conservação abrangidos pelo Mosaico Bocaina, escolhido pela maioria simples de seus membros.

Art. 6º O mandato de conselheiro será de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público.

Art. 7º O presidente do Conselho Consultivo poderá convidar representantes de outros órgãos governamentais, não-governamentais e pessoas de notório saber, para contribuir na execução dos seus trabalhos.

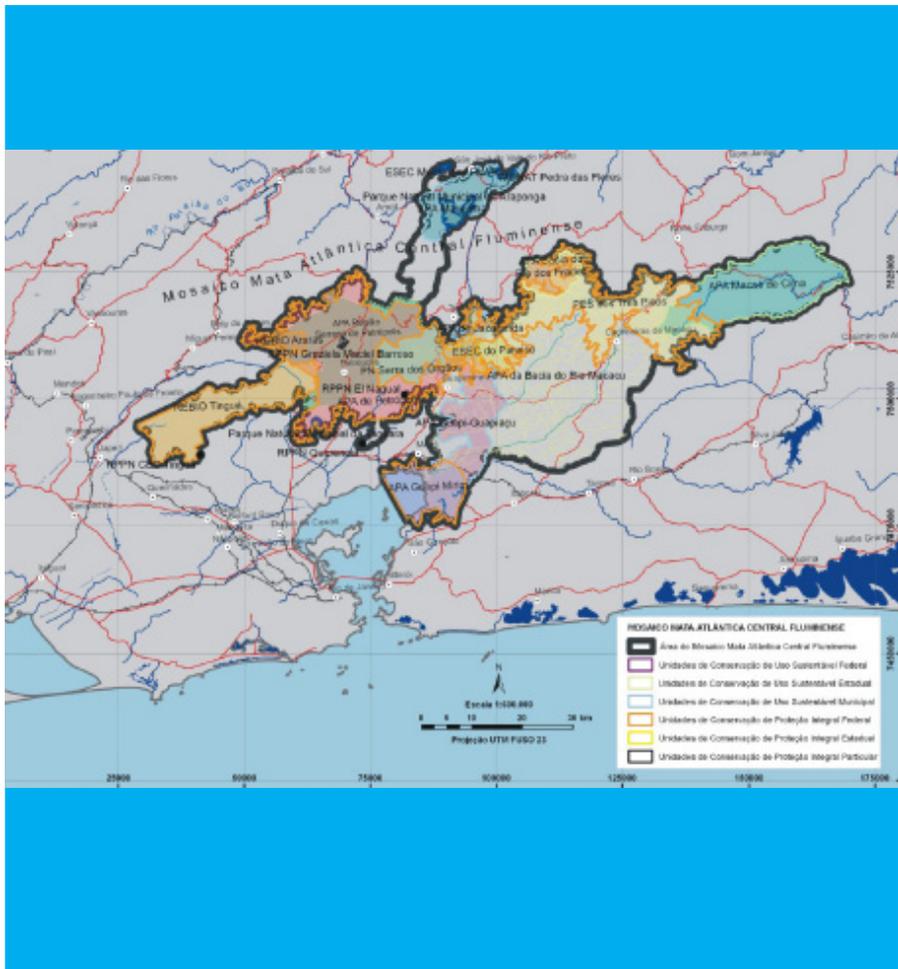
Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SILVA

Ministra de Estado do Meio Ambiente

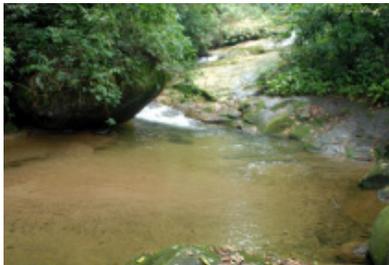
4.2 - O MOSAICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA CENTRAL FLUMINENSE

4.2.1 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO





4.2.2 - FOTOS



Fotos: Arq. Projeto Gestores da Mata Atlântica.

4.2.3 - JUSTIFICATIVA

O Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro, que abrange uma área com cerca de 233.710 ha, 13 municípios e 22 Unidades de Conservação e suas zonas de amortecimento, a saber:

I – Estado do Rio de Janeiro, abrangendo os municípios de Petrópolis, Guapimirim, Magé, Teresópolis, São Geraldo, Japeri, Miguel Pereira, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Itaboraí, Nova Friburgo, Cachoeira do Macacu e Silva Jardim.

A relevância da proteção e utilização sustentável dos fragmentos remanescentes de Mata Atlântica como estratégia de conservação da biodiversidade e da sociodiversidade já está definida nacional e internacionalmente. Muitos estudos caracterizam este bioma como prioritário para a conservação em nível global. Dentre dezoito pontos críticos identificados no planeta por Wilson (1992), a costa do Brasil é caracterizada como uma das principais áreas remanescentes de alta biodiversidade. Myers et al. (2000) e a Conservation International (2005), a partir de parâmetros relacionados à biodiversidade e ao nível de degradação ambiental, identificam a Mata Atlântica do Brasil como um dos biomas que devem receber prioridade no contexto da conservação biológica. Grande parte da Mata Atlântica é considerada Reserva da Biosfera pela UNESCO, indicando a prioridade para a conservação e o desenvolvimento sustentável.

No conjunto de ecossistemas que compõe a Mata Atlântica, determinadas regiões são consideradas prioritárias para conservação, como o Corredor de Biodiversidade da Serra do Mar, que abrange grande parte do Rio de Janeiro, além do litoral de São Paulo, o sul de Minas Gerais e o extremo norte do Paraná. Este fato está associado às boas condições de conservação de diversas áreas dessa região, que se reflete em um alto grau de diversidade biológica, na existência de endemismos e na ocorrência de espécies raras e ameaçadas de extinção nos ecossistemas regionais. Está associado também à interação intensa desses recursos com a ação humana, já que o Corredor da



Serra do Mar engloba algumas das áreas mais densamente populosas do Brasil. Neste Corredor concentram-se importantes fragmentos florestais, além de uma vasta diversidade sócio cultural em interação com estes fragmentos. A conservação destes fragmentos é fundamental para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica.

Em especial, determinadas porções do Corredor de Biodiversidade da Serra do Mar têm sido consideradas como de prioridade extrema para conservação. Entre essas áreas, a região proposta para o Mosaico de Unidades de Conservação da Mata Atlântica Central Fluminense, que abrange a Serra dos Órgãos e se estende do Maciço do Tinguá até Macaé de Cima, incluindo a parte leste da Baía de Guanabara, merecem destaque.

As características excepcionais da Serra dos Órgãos e sua importância ecológica levaram o Ministério do Meio Ambiente a reconhecê-la como área prioritária para conservação (MMA, 2002). O workshop “Avaliação e ações prioritárias para a conservação do Bioma Floresta Atlântica e Campos Sulinos”, que subsidiou a publicação do MMA, identificou a região da Serra dos Órgãos como de extrema importância biológica para todos os grupos temáticos analisados (Vegetação e Flora, Invertebrados, Peixes, Répteis e Anfíbios, Aves, Mamíferos e Fatores Abióticos). Segundo o PROBIO, a região também é prioritária para conservação “com expressiva riqueza de invertebrados, endemismo e espécies ameaçadas de mamíferos, répteis e anfíbios” (Relatório 1996-2002). Outro documento do MMA, que subsidiou a elaboração do Mapa de Áreas Prioritárias para Conservação no Brasil, intitulado “Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira” considera esta região como de Prioridade de Conservação e Uso Sustentável – Extremamente Alta, e nesta categoria estão incluídas tanto as áreas florestadas das encostas da Serra do Mar que se estendem do Tinguá até Macaé de Cima, como a região dos mangues da Baía de Guanabara. Estes mangues ainda são protegidos pelo Código Florestal, pois são considerados Áreas de Preservação Permanente. A situação prioritária

para conservação dos mangues da Baía de Guanabara levou ao estabelecimento de ações importantes de um grande programa de conservação dos mangues, o *GEF Mangue*, cujo objetivo é promover a conservação e uso sustentável de ecossistemas manguezais no Brasil.

CARACTERÍSTICAS GEOBIOFÍSICAS DO MOSAICO

Grande parte desta prioridade de conservação relaciona-se às características geobiofísicas dessa região. Na parte montanhosa do Mosaico predominam os ecossistemas florestais, formados por fragmentos de Mata Atlântica, enquanto na parte inferior predominam os ecossistemas de mangue, especialmente na região de Guapimirim, onde se tem importante remanescente de um desses ecossistemas, representado pelos manguezais de Guapimirim, inseridos na APA de mesmo nome.

A região serrana que compõe o mosaico está na faixa de dobramento remobilizado formado por escarpas e reversos da Serra do Mar, que formam uma série de contrafortes isolados desta serra. Destaca-se a Serra do Tinguá, no extremo oeste, a Serra das Araras e Serra da Maria Comprida, na área de Petrópolis, a Serra dos Órgãos, com seus grandes Picos e a Serra de Três Picos, ponto culminante do Mosaico. A porção central da APA Petrópolis e os reversos do Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO) e Parque Estadual dos Três Picos (PETP), correspondente ao conjunto de vales que drenam para o rio Piabanha, são compostos por morretes ou formações montanhosas de menor porte. O relevo é bastante característico, indo de áreas próximas à cota 200 e chegando a cota de 1600 metros de altitude na REBIO Tinguá (Pico do Tinguá), quase 1980 metros na APA Petrópolis (Pico da Maria Comprida), 2.263 metros no PARNASO (Pedra do Sino) e 2316 metros nos três Picos que dão nome ao PETP. As encostas apresentam grande declividade e os rios que drenam os maciços apresentam-se encaixados no relevo, formando canais estreitos, porém profundos e encostas que seguem de grandes altitudes à base dos maciços montanhosos, freqüentemente cobertas por florestas e paredões rochosos.



No caso das regiões de baixada, estas são formadas por sedimentos flúvio-marinhos, derivados de deposições em grande parte vindas das regiões serranas. Representam as saídas das bacias hidrográficas. Neste contexto se insere a APA Guapimirim e a Estação Ecológica Guanabara, no centro da APA. Estas Unidades de Conservação localizam-se na região da foz de diversos rios, que nessa porção do Mosaico apresentam aspecto meandrítico, com baixo nível de energia. Há deposição de sedimentos finos que possibilitam a tomada das margens por vegetação de manguezal. A partir desses rios, os manguezais são cortados por canais que se entrecruzam, formando uma rede de irrigação. Esses rios são oriundos do alto das serras que compõe a bacia da Baía de Guanabara, sendo os principais elos de ligação das regiões de baixada com as demais áreas do mosaico. A gestão da APA Guapimirim e da ESEC Guanabara, portanto, depende diretamente da gestão das demais UCs do mosaico, que têm parte de suas áreas drenando para ela. Neste contexto, a APA de Macacu e de Guapi-Guapiaçu apresentam uma situação ambiental ambígua, com grande parte de condições semelhantes às encontradas nas UCs serranas, mas com a parte baixa formada por manguezais e apresentando características semelhantes as da APA Guapimirim, onde desembocam e se sobrepõem. Além disso, estas UCs apresentam ambientes de mar de morros, ou morros em meia laranja, que definem os resquícios arrasados da Serra do Mar. Esse ambiente apresenta uma dinâmica distinta, com a ocorrência freqüente de alagamentos e uma ocupação relacionada à agricultura e pecuária, que praticamente eliminou os ecossistemas de florestas paludosas que dominavam esses ambientes.

Devido a sua extensão relativamente grande e a sua variação altitudinal expressiva, a área de abrangência do Mosaico apresenta variações climáticas importantes. As áreas de baixada se enquadram no domínio morfoclimático Tropical Quente, sem nenhum mês seco no ano e média anual de precipitação em torno de 1200 mm. O Tropical Atlântico é o domínio a que pertencem as áreas no pé das serras e o Tropical de Altitude, com uma curta estação seca (quanto mais alto, menos a estação seca é significativa), nas porções superiores.

A vegetação predominante no Mosaico varia desde manguezais, passando por florestas de baixada (quase extintas) e florestas de encostas. As florestas podem ser classificadas como Floresta Ombrófila Densa (IBGE 1993), mas apresentando grande diferenciação altitudinal. Na caracterização fisionômico-florística desta cobertura vegetal, utilizando a terminologia empregada por Veloso *et al.* (1991), foram reconhecidas as seguintes formações: Floresta Submontana, Floresta Montana, Floresta Alto Montana e Campos de Altitude, cuja variação está relacionada à variação de faixas de altitude e correspondentes alterações na temperatura e pluviometria das áreas.

A formação florestal caracteriza-se por perenifólia, já que essas florestas estão em ambientes sem períodos de seca ou com períodos curtos, menores que dois meses.

Há ainda importantes áreas de vegetação rupestre ou rupícula, que colonizam os afloramentos rochosos e apresentam importantes graus de diversidade biológica e endemismos.

A grande diversidade vegetal está associada a uma importante diversidade animal. Desse modo, a região serrana do Mosaico apresenta fauna abundante e diversa, sendo refúgio de várias espécies animais, muitas ameaçadas de extinção.

CARACTERÍSTICAS SOCIO-AMBIENTAIS DO MOSAICO

Além de uma variação geobiofísica relevante, o Mosaico apresenta realidades sociais diversificadas e um complexo urbano-industrial e de serviços, entrecortado por áreas específicas de agricultura e pecuária.

Há uma grande parte da população da área do Mosaico e seu entorno que vive em condições de pobreza e miséria, muitas vezes em locais em péssimas condições ambientais.

Uma característica marcante do Mosaico são os vários aglomerados populacionais existentes na região, com destaque para os



municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Petrópolis, Teresópolis, Nova Friburgo e São Gonçalo. Além disso, são importantes em muitas áreas do Mosaico as pequenas propriedades rurais (sobretudo no cinturão verde - em Teresópolis, Nova Friburgo e Cachoeiras de Macacu) com atividades agropecuárias, geralmente de grande potencial para a degradação ambiental por utilizarem técnicas de produção nocivas à conservação. Por fim, em muitas áreas há problemas derivados da ocupação do solo por indústrias, devido ao potencial poluidor de muitas destas e do risco de acidentes, comuns na região.

O mosaico proposto abrange área de 13 municípios de 4 diferentes regiões de governo, que juntos possuem mais de 3,7 milhões de habitantes. Trata-se de uma área com população 97% urbana e de alta densidade demográfica, (tabela 1). Porém existem grandes áreas de população rarefeita, com importantes representações locais de atividades agropecuárias.

Região de Governo	Municípios	Área (Km ²)	População Total	População urbana	População rural	Densidade Demográfica (hab/Km ²)
	Duque de Caxias	468,3	775.456	772.327	3.129	1.656
	Guapimirim	361,9	37.952	25.593	12.359	105
	Itaboraí	429,3	187.479	177.260	10.219	437
	Japeri	81,4	83.278	83.278	-	1.023
	Magé	386,8	205.830	193.851	11.979	532
	Nova Iguaçu	520,5	920.599	920.599	-	1.769
	São Gonçalo	248,7	891.119	891.119	-	3.583
	Nova Friburgo	938,5	173.418	151.851	21.567	185
	Petrópolis	797,1	286.537	270.671	15.866	359
	Teresópolis	772,9	138.081	115.198	22.883	179
Região Centro Sul	Miguel Pereira	287,9	23.902	20.081	3821	83
	São José do Vale do Rio Preto	220,9	19.278	9.007	10.271	87
Região das Baixadas Litorâneas	Cachoeiras de Macacu	956,8	48.543	41.117	7.426	47,5
Totais		6.471	3.791,472	3.671,952	119,520	586

Tabela 1: Dados dos municípios do Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense.

Deve ser ressaltado que isto não significa que o Mosaico está sob pressão direta de 3,7 milhões de pessoas, pois grande parte dos centros urbanos dos municípios da baixada estão fora da área do mosaico. Entretanto, esse número de habitantes permite avaliar a posição das UCs do ponto de vista dos desafios de conservação em uma área ocupada por grandes cidades e intensa atividade econômica. Da mesma forma a área do mosaico não corresponde à área dos municípios, mas estas são apresentadas para se entender o contexto sócio econômico que envolve a região do Mosaico.

LOCALIZAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO MOSAICO

Em função deste aglomerado urbano-industrial e das vastas áreas voltadas à agropecuária, a pressão sobre os remanescentes florestais é bastante intensa. Desta forma, o padrão da paisagem é em forma de mosaico, com a vegetação formando fragmentos.

Como consequência desta combinação de áreas de grande relevância para conservação com uma paisagem fragmentada e grande pressão sobre os recursos naturais por parte das atividades humanas, a região proposta para o Mosaico apresenta uma grande concentração de unidades de conservação. Predominam as UCs de proteção integral nas áreas com grandes fragmentos de mata e núcleos conservados desses fragmentos e as UCs de uso sustentável em áreas do entorno desses fragmentos e em áreas onde ainda existem importantes conjuntos de pequenos fragmentos de vegetação.

Portanto, há UCs de diversas categorias, geridas por diferentes esferas do poder público e mesmo por proprietários particulares, incluindo desde Reservas Biológicas até APAs. Estas UCs apresentam grande proximidade física, havendo diversos casos de sobreposição. Além disso, é comum que as UCs apresentem similaridades e complementaridades nos objetivos de conservação, de modo que a integração na gestão dessas UCs é um imperativo regional, possibilitando uma maior efetividade na



implantação de políticas de fiscalização, disponibilização de informação, fomento a implantação de corredores ecológicos, fomento a pesquisa, etc. Portanto, através do presente documento as UCs dessa região se comprometem com a criação do Mosaico de Unidades de Conservação da Mata Atlântica Central Fluminense.

Este Mosaico está localizado no Estado do Rio de Janeiro, Brasil; entre as coordenadas geográficas: 22°11'57" S/ 42°31'01" W (canto superior direito) e 22°53'25" S/ 43°41'36" W.

Deste modo, a área total do Mosaico e áreas de influência é de 524.162 ha.

São seis categorias de unidades já integradas à presente proposta de mosaico, seis Áreas de Proteção Ambiental, três Parques, duas Reservas Biológicas, duas Estações Ecológicas, um Monumento Natural e seis Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

Deve ser ressaltado, que outras UCs podem integrar o Mosaico em um momento futuro, pois nem todas as RPPNs e UCs municipais existentes na região foram incluídas. Essas podem ser estimuladas pelo movimento concreto de discussões e ações envolvidos no Mosaico e virem a participar. Vários são os motivos para a não inclusão destas UCs, mas geralmente associados à inexistência de um grupo que respondesse pela gestão da UC.

Há grande conectividade física entre a maior parte das UCs do Mosaico. Estas apresentam uma continuidade nas áreas serranas do estado do Rio de Janeiro e uma conectividade ecossistêmica com a baixada através das APAs de Guapi-Guapiaçu e do Macacu, que se unem a APA Guapimirim e a ESEC Guanabara. A integração no Mosaico irá permitir que as APAs e a ESEC Guanabara partilhem diversos instrumentos de gestão com as demais UCs, o que possibilitará uma ação mais efetiva na conservação dos ecossistemas de mangue, brejos e florestas paludosas. O caso das UCs municipais de São José do Vale do Rio Preto é único, pois apesar de não possuir uma conectividade direta com as demais UCs do ponto de vista físico, há proximi-

dade e interação de gestão que vem sendo bastante ampliada na discussão do Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense.

4.2.4 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO QUE COMPÕEM O MOSAICO DA MATA ATLÂNTICA CENTRAL FLUMINENSE

UCs Federais de Proteção Integral

PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS

Decreto Federal 1.822/39

Área: aprox. 10.000,00 ha

Municípios: Petrópolis, Guapimirim, Magé, Teresópolis e São Gonçalo.

Órgão Responsável: IBAMA.

Ecosistema predominante: floresta tropical pluvial atlântica.

ESTAÇÃO ECOLÓGICA GUANABARA

Decreto Federal s/nº de 2006

Área: aprox. 2.000,00 ha

Municípios: Guapimirim e São Gonçalo.

Órgão Responsável: IBAMA.

Ecosistema predominante: manguezal.

RESERVA BIOLÓGICA TINGUÁ

Decreto Federal 97.780/89

Área: aprox. 26.136,00 ha

Municípios: Japeri, Miguel Pereira, Petrópolis, Nova Iguaçu e Duque de Caxias.

Órgão Responsável: IBAMA.

Ecosistema predominante: floresta ombrófila densa.

UCs Federais de Uso Sustentável

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE GUAPIMIRIM

Decreto Federal 90.225/84

Área: aprox. 59.872,00 ha

Municípios: Guapimirim, Itaboraí, Magé e São Gonçalo.

Órgão Responsável: IBAMA.



Ecosistema predominante: manguezal (ecossistema associado à floresta ombrófila densa e mista).

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE PETRÓPOLIS

Decreto Federal 1.654/82

Área: aprox. 13.825,00 ha

Municípios: Petrópolis, Magé, Duque de Caxias e Guapimirim.

Órgão Responsável: IBAMA.

Ecosistema predominante: mata fluvial atlântica.

UCs Estaduais de Proteção Integral

PARQUE ESTADUAL DOS TRÊS PICOS

Instrumento de Criação: Decreto Estadual 31.343/02

Área: aprox. 46.350,00 ha

Municípios: Teresópolis, Nova Friburgo, Guapimirim, Cachoeiras de Macacu e Silva Jardim.

Órgãos Responsáveis: IEF/FEEMA/SEA.

Ecosistema predominante: floresta ombrófila densa.

ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO PARAÍSO

Decreto Estadual 9.803/87

Área: aprox. 4.920,00 ha

Municípios: Guapimirim e Cachoeiras do Macacu.

Órgãos Responsáveis: IEF/FEEMA/SEA.

Ecosistema predominante: floresta tropical pluvial atlântica.

RESERVA BIOLÓGICA DE ARARAS

Resolução da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento/77

Área: aprox. 2.068,00 ha

Município: Petrópolis.

Órgãos Responsáveis: IEF/FEEMA/SEA.

Ecosistema predominante: floresta ombrófila densa.

UCs Estaduais de Uso Sustentável

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DO RIO DOS FRADES

Lei Estadual 1.755/90

Área: aprox. 7.500,00 ha

Município: Teresópolis.

Órgãos Responsáveis: IEF/FEEMA/SEA.

Ecossistema predominante: floresta ombrófila densa.

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FLORESTA DO JACARANDÁ

Decreto Estadual 8.280/85

Área: aprox. 2.700,00 ha

Município: Teresópolis.

Órgãos Responsáveis: IEF/FEEMA/SEA.

Ecossistema predominante: floresta ombrófila densa.

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DO RIO MACACU

Lei Estadual 4.018/02

Área: aprox. 82.436,00 ha

Municípios: Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Itaboraí e Magé.

Órgãos Responsáveis: IEF/FEEMA/SEA.

Ecossistemas predominantes: floresta ombrófila densa e alagadiços.

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE MACAÉ DE CIMA

Decreto Estadual 29.213/01

Área: aprox. 35.037,00 ha

Municípios: Nova Friburgo e Silva Jardim.

Órgãos Responsáveis: IEF/FEEMA/SEA.

Ecossistema predominante: floresta ombrófila densa.

UCs Municipais de Proteção Integral

PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA ARAPONGA

Decreto Municipal 1.653/06

Área: aprox. 14.000,00 ha

Município: São José do Vale do Rio Preto.

Órgão Responsável: Sec. Mun. de Meio Ambiente de São José do Vale do Rio Preto.

Ecossistema predominante: floresta ombrófila densa.



ESTAÇÃO ECOLÓGICA MONTE DAS FLORES

Decreto Municipal 1.654/06

Área: aprox. 211,00 ha

Município: São José do Vale do Rio Preto.

Órgão Responsável: Sec. Mun. de Meio Ambiente de São José do Vale do Rio Preto.

Ecossistema predominante: floresta ombrófila densa.

PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA TAQUARA

Lei Municipal 1.157/92

Área: aprox. 20.795,00 ha

Município: Duque de Caxias.

Órgão Responsável: Sec. Mun. de Meio Ambiente de Duque de Caxias.

Ecossistema predominante: floresta ombrófila densa.

MONUMENTO NATURAL DA PEDRA DAS FLORES

Decreto Municipal 1.651/06

Área: aprox. 346,00 ha

Município: São José do Vale do Rio Preto.

Órgão Responsável: Sec. Mun. de Meio Ambiente de São José do Vale do Rio Preto.

Ecossistema predominante: vegetação rupestre.

UCs Municipais de Uso Sustentável

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MARAVILHA

Decreto Municipal 1.652/06

Área: aprox. 1.700,00 ha

Município: São José do Vale do Rio Preto.

Órgão Responsável: Sec. Mun. de Meio Ambiente de São José do Vale do Rio Preto.

Ecossistema predominante: floresta ombrófila densa.

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL GUAPI-GUAPIAÇU

Decreto Municipal 620/04

Área: aprox. 15.5382,32 ha

Município: Guapimirim.

Órgão Responsável: Sec. Mun. de Meio Ambiente de Guapimirim.

Ecosistemas predominantes: floresta das terras baixas, floresta montana e submontana.

Reservas Particulares do Patrimônio Natural

RPPN EL NAGUAL

Instrumento de Criação: Portaria Federal 88/99

Área: aprox. 17,00 ha

Município: Magé.

Gestor da UC: proprietário.

Ecosistema predominante: floresta pluvial submontana.

RPPN CEC-TINGUÁ

Instrumento de Criação: Portaria Federal 176/02

Área: aprox. 16,50 ha

Município: Tinguá.

Gestor da UC: proprietário.

Ecosistema predominante: floresta ombrófila densa

RPPN GRAZIELA MACIEL BARROSO

Instrumento de Criação: Portaria Federal 20/05

Área: aprox. 184,00 ha

Município: Petrópolis.

Gestor da UC: proprietário.

Ecosistema predominante: campo de altitude.

RPPN QUERÊNCIA

Instrumento de Criação: Portaria Federal 05/99

Área: aprox. 50,02 ha

Municípios: Magé.

Gestor da UC: proprietário.

Ecosistema predominante: floresta submontana.

4.2.5 - PORTARIA Nº 350, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2006
MOSAICO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA MATA
ATLÂNTICA CENTRAL FLUMINENSE

A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas



atribuições, e tendo em vista o disposto na Lei Nº 9.986, de 18 de julho de 2000 e nos arts. 8º, 9º, 17º a 20º do Decreto Nº 4.340 de 22 de agosto de 2002, e o que consta do Processo Nº 02000.004419/2006-60, resolve:

Art. 1º Reconhecer como mosaico de unidades de conservação da Mata Atlântica Central Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro, o Mosaico Mata Atlântica Central Fluminense, abrangendo as seguintes unidades de conservação e zonas de amortecimento:

I - do Estado do Rio de Janeiro:

a) sob a gestão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA:

1. Parque Nacional da Serra dos Órgãos;
2. Reserva Biológica do Tinguá;
3. Estação Ecológica da Guanabara;
4. Área de Proteção Ambiental de Guapimirim;
5. Área de Proteção Ambiental de Petrópolis.

b) sob a gestão da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano do Estado do Rio de Janeiro-FEEMA/SEMADUR:

1. Estação Ecológica do Paraíso;
2. Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio dos Frades;
3. Área de Proteção Ambiental da Floresta do Jacarandá;
4. Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Macacu;
5. Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima.

c) sob a gestão da Fundação Instituto Estadual de Florestas da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano do Estado do Rio de Janeiro - IEF/SEMADUR:

1. Parque Estadual dos Três Picos;
2. Reserva Biológica de Araras.

d) sob a gestão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São José do Vale do Rio Preto:

1. Parque Natural Municipal da Araponga;
2. Monumento Natural da Pedra das Flores;

3. Estação Ecológica Monte das Flores;
4. Área de Proteção Ambiental Maravilha.

e) sob a gestão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Guapimirim:

1. Área de Proteção Ambiental Guapiaçu;

f) sob a gestão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Duque de Caxias:

1. Parque Natural Municipal da Taquara;

g) sob gestão privada:

1. Reserva Particular do Patrimônio Natural CEC/Tinguá;
2. Reserva Particular do Patrimônio Natural El Nagual;
3. Reserva Particular do Patrimônio Natural Querência;
4. Reserva Particular do Patrimônio Natural Graziela Maciel Barroso.

Art. 2º O Mosaico Mata Atlântica Central Fluminense contará com apoio de um Conselho Consultivo, que atuará como instância de gestão integrada das unidades de conservação constantes do art. 1º desta Portaria.

Art. 3º O Conselho Consultivo terá a seguinte composição:
I - representação governamental:

a) os chefes, administradores ou gestores das unidades de conservação públicas federais e estaduais listadas no art. 1º desta Portaria;

b) um representante de cada órgão responsável pela gestão das unidades de conservação municipais;

c) quatro representantes de instituições públicas de pesquisa, com atuação na área do Mosaico.

II - representação da sociedade civil:

a) para cada representante das alíneas “a” e “b”, haverá um representante da sociedade civil, indicado pelos Conselhos Gestores das unidades de conservação, quando houver, ou pelo



órgão responsável pela unidade de conservação, quando não houver Conselho Gestor, garantida a representação de organizações não-governamentais ambientalistas;

b) um representante indicado pela Associação de Reserva Particular do Patrimônio Natural do Estado do Rio de Janeiro, representando as unidades de conservação privadas do Mosaico Mata Atlântica Central Fluminense;

c) um representante da sociedade civil indicado pelo Comitê da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e dos sistemas lagunares de Marica e Jacarepaguá;

d) um representante da sociedade civil indicado pelo Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul-CEIVAP;

e) um representante da sociedade civil indicado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica das sub-bacias do Piabanha, Paquequer e Preto;

f) um representante da sociedade civil indicado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Guandu;

Art. 4º Ao Conselho Consultivo compete:

I - elaborar seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instituição;

II - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar:

a) as atividades desenvolvidas em cada unidade de conservação, tendo em vista, especialmente:

1. os usos na fronteira entre unidades;
2. o acesso às unidades;
3. a fiscalização;
4. o monitoramento e avaliação dos Planos de Manejo;
5. a pesquisa científica;
6. a alocação de recursos advindos da compensação referente ao licenciamento ambiental de empreendimentos com significativo impacto ambiental;

b) a relação com a população residente na área do mosaico.

III - manifestar-se sobre propostas de solução para a sobreposição de unidades, e

IV - manifestar-se, quando provocado por órgãos executor, por conselho de unidade de conservação ou por outro órgão do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, sobre assunto de interesse para gestão do mosaico.

Art. 5º O Conselho Consultivo será presidido por um dos chefes das unidades de conservação abrangidos pelo Mosaico Mata Atlântica Central Fluminense, escolhido pela maioria simples de seus membros.

Art. 6º O mandato de conselheiro será de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público.

Art. 7º O presidente do Conselho Consultivo poderá convidar representantes de outros órgãos governamentais, não-governamentais e pessoas de notório saber, para contribuir na execução dos seus trabalhos.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

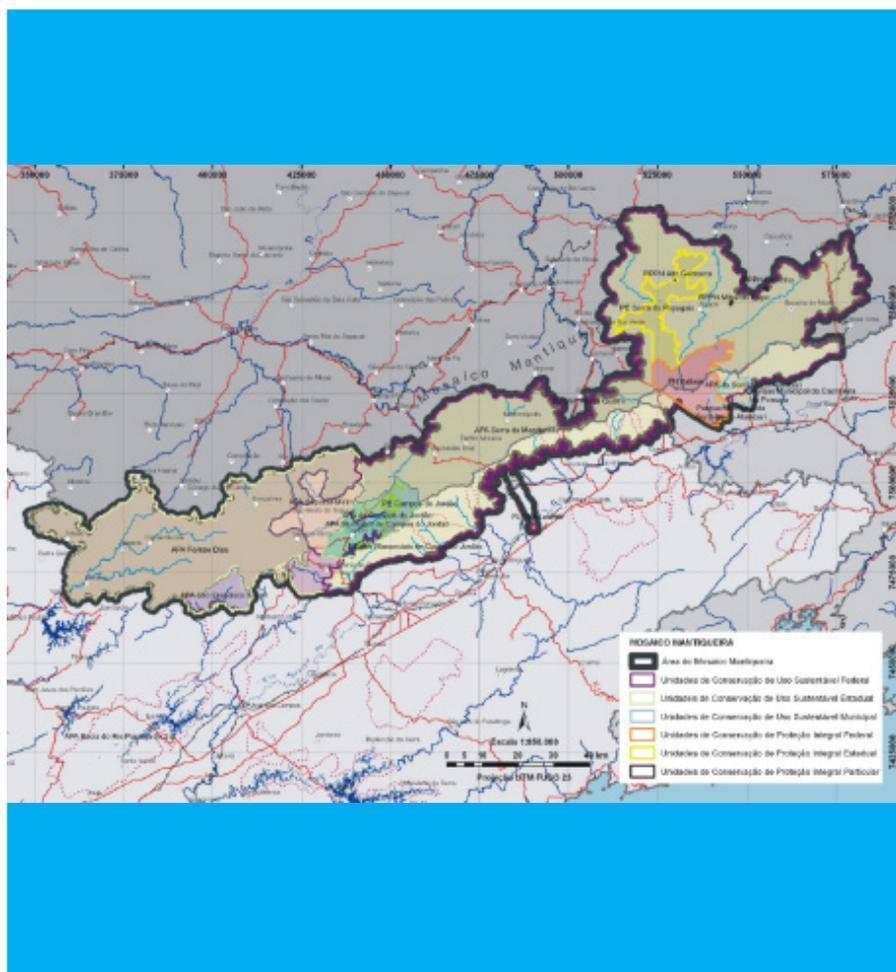
MARINA SILVA

Ministra de Estado do Meio Ambiente



4.3 - O MOSAICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA SERRA DA MANTIQUEIRA - MOSAICO MANTIQUEIRA

4.3.1 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO





4.3.2 - FOTOS



Foto: Daniel Toffoli.



Foto: Antônio Cardoso.



Foto: Rafael Giulianetti.



Foto: Luiz Midéia.



Foto: Daniel Toffoli.



Foto: Luis Felipe Cesar.

4.3.3 - JUSTIFICATIVA

O Mosaico de Unidades de Conservação da Região da Serra da Mantiqueira, “Mosaico Mantiqueira”, abrange uma área com cerca de 445.615 ha, 37 municípios e 19 Unidades de Conservação e suas zonas de amortecimento, a saber:

I – Estado de Minas Gerais, abrangendo os municípios de Bocaina de Minas, Itamonte, Aiuruoca, Alagoa, Baependi, Delfim Moreira, Itanhandu, Liberdade, Marmelópolis, Passa Quatro, Passa Vinte, Piranguçu, Pouso Alto, Virgínia, Wenceslau Brás, Brasópolis, Camanducaia, Extrema, Gonçalves, Itapeva, Paraisópolis, Sapucaí Mirim e Toledo.

II – Estado do Rio de Janeiro, abrangendo os municípios de Resende e Itatiaia:

III – Estado de São Paulo, abrangendo os municípios de Queluz, Lavrinha, Piquete, Lorena, Guaratinguetá, Canas, Cruzeiro, Areias, Bananal, São José do Barreiro, Silveiras, Cachoeira Paulista, Cunha, São José dos Campos, Igaratá, Jacareí, Jambeiro, Monteiro Lobato, Paraibuna, Santa Branca, Taubaté, Lagoinha, Natividade da Serra, Redenção da Serra, Campos do Jordão, São Bento do Sapucaí e Santo Antônio do Pinhal:

A Serra da Mantiqueira constitui um dos mais significativos conjuntos orográficos brasileiros. Localizada na Região Sudeste, é parte integrante do Planalto Atlântico (Mantiqueira o Castelo das Águas, São Paulo – SMA/CPLEA, 2006).

O nome indígena Mantiqueira significa “Serra que Chora” e representa como figura de linguagem a profusão de nascentes que abastecem inúmeras bacias hidrográficas importantes para a geração de energia hidrelétrica e abastecimento dos principais centros de desenvolvimento econômico do país nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. As Bacias do Paraná e Paraíba do Sul, do Rio Grande, do Rio Preto, do Jaguari, do Sapucaí e Sapucaí-Mirim, entre outras são abastecidas pela Serra da Mantiqueira.



A Serra da Mantiqueira também é considerada a maior província de água mineral do planeta em quantidade e qualidade do recurso. É estimado que a recarga dos aquíferos ocorra preferencialmente nas partes mais altas da serra. A Mantiqueira guarda um valioso remanescente da Mata Atlântica, bioma reconhecido como Patrimônio Nacional pela Constituição Federal de 1988, e teve seus remanescentes homologados como Reserva da Biosfera em 1991, pelo Programa *Man and Biosphere* (MaB), da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

O espigão central da Serra da Mantiqueira, também considerado área núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, está vegetado de forma contínuo em aproximadamente duzentos quilômetros (200 km) com floresta nativa, em parte primária, formando importante corredor ecológico para o fluxo gênico animal e vegetal e protetor das escarpas íngremes. Fatos relevantes para o contexto da Mata Atlântica que elevam a importância de sua preservação e conservação.

Apresenta remanescentes florestais com alto grau de conectividade, variabilidade de ecossistemas (floresta ombrófila densa, floresta ombrófila mista, floresta semidecidual e campos de altitude) e grande ocorrência de endemismos. Além de abrigar fauna e flora ameaçada de extinção, notadamente remanescentes de florestas de araucária, a Serra da Mantiqueira apresenta extrema fragilidade do solo e relevante beleza cênica constituindo-se na mais alta cadeia montanhosa do sudeste.

A importância ecológica da região é notória, são mais de 20 unidades de conservação entre Federais, Estaduais, Municipais e Particulares inseridas na região e formando naturalmente um Mosaico de Unidades de Conservação, cobrindo uma área com mais de 500.000 há. Em 37 municípios dos estados de MG (23) RJ (02), SP (12). São mais de 1.000.000 de habitantes abrangidos direta e indiretamente pela Serra da Mantiqueira e as Unidades de Conservação nela inseridas, localizadas entre os três maiores centros de desenvolvimento econômico do país (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte).

Grandes extensões de áreas naturais continuam a serem convertidas em áreas agrícolas, cidades e complexos industriais, especialmente na região sudeste, onde vivem 70% da população do país, e suas maiores cidades, comprometendo o Bioma da Mata Atlântica (Plano de Ação Corredor Ecológico da Mantiqueira, Valor Natural/06).

Ao mesmo tempo em que a região apresenta fatores de risco para conservação e preservação da Mata Atlântica são muitos os potenciais desta para o desenvolvimento sócio-econômico-ambiental de forma sustentável. Abaixo alguns fatores de risco existentes e potencialidades de melhoria com a gestão integrada de áreas protegidas e o reconhecimento do mosaico na região:

Fatores de Risco:

- Ocupação desordenada do solo;
- Expansão urbana desordenada;
- Extração Mineral;
- Agropecuária tradicional (agrotóxicos adubos solúveis, criação extensiva...);
- Desmatamento e degradação ambiental;
- A falta, na grande maioria dos municípios, de sistema adequado de saneamento básico;
- A falta, na grande maioria dos municípios, de sistema de gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos e industriais;
- Descaracterização do patrimônio histórico-cultural.

Potencialidades:

- Aumento da conectividade de remanescentes florestais de Mata Atlântica;
- Geração de energia hidroelétrica;
- Abastecimento de água para grandes centros urbanos;
- Turismo ecológico organizado e sustentável;
- Exploração florestal sustentável;
- Pluricultura orgânica (grãos, hortaliças, frutos,...);
- Laboratório de pesquisas em ecologia, geologia, biologia, meteorologia...;
- Patrimônio histórico-cultural;
- Potencial paisagístico;



- Estâncias hidro-climática.

Diante do contexto apresentado, considerando que a Serra da Mantiqueira está localizada em plena área de conurbação entre as regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro e que o impacto dos processos de expansão urbana e ocupação desordenada do solo são fatos que colocam em risco o desenvolvimento sustentável da Serra da Mantiqueira, se faz de extrema importância e relevância a criação e efetivação Legal do Mosaico Mantiqueira para a conservação e preservação integrada dessa área de relevância significativa de Mata Atlântica, de forma a fortalecer suas potencialidades e minimizar seus fatores de risco.

4.3.4 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO QUE COMPÕEM O MOSAICO MANTIQUEIRA.

UC Federal de Proteção Integral – RJ

PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA

Decreto Federal 1.713/37

Área: aprox. 30.000,00 ha

Municípios: RJ – Resende e Itatiaia e MG – Bocaina de Minas e Itamonte.

Órgão Responsável: IBAMA/RJ.

Ecosistema Predominante: Campos de altitude.

UCs Federais de Uso Sustentável – MG

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL SERRA DA MANTIQUEIRA

Decreto Federal 91.304/85

Área: aprox. 434.108,23 ha

Municípios: MG – Aiuruoca, Alagoa, Baependi, Bocaina de Minas, Delfim Moreira, Itanhandu, Itamonte, Liberdade, Marmelópolis, Passa Quatro, Passa Vinte, Piranguçu, Pouso Alto, Virgínia e Wenceslau Brás; RJ – Resende e Itatiaia e SP – Queluz, Lavrinha, Cruzeiro, Piquete, Lorena, Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí e Campos do Jordão.

Órgão Responsável: IBAMA/MG.

Ecosistemas Predominantes: floresta ombrófila mista e campos de altitude.

FLORESTA NACIONAL DE PASSA QUATRO

Decreto Federal 562/68

Área: aprox. 350,00 ha

Município: MG – Passa Quatro.

Órgão Responsável: IBAMA/MG.

Ecosistema Predominante: florestas de araucária.

UCs Federais de Uso Sustentável – SP

FLORESTA NACIONAL DE LORENA

Decreto Federal 246/01

Área: aprox. 249,31 ha

Municípios: SP – Lorena, Canas, Piquete e Guaratinguetá.

Órgão Responsável: IBAMA/SP.

Ecosistema Predominante: floresta estacional semi-decidual.

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DOS MANANCIAIS DO RIO
PARAÍBA DO SUL

Decreto Federal 81.561/82

Área: aprox. 292,89 ha

Municípios: SP – Cruzeiro, Areias, Bananal, Lavrinhas, Queluz, São José do Barreiro, Silveiras, Guaratinguetá, Cachoeira Paulista, Cunha, Lorena, São José dos Campos, Igaratá, Jacareí, Jambuí, Monteiro Lobato, Paraibuna, Santa Branca, Taubaté, Lagoinha, Natividade da Serra e Redenção da Serra.

Órgão Responsável: IBAMA/SP.

Ecosistema Predominante: floresta montana.

UC Estadual de Proteção Integral – MG

PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO PAPAGAIO

Decreto Estadual 39.793/98

Área: aprox. 22.917,00 ha

Municípios: MG – Aiuruoca, Alagoa, Baependi, Itamonte e Pouso Alto.



Órgão Responsável: IEF/MG.

Ecosistemas Predominantes: campos de altitude e floresta ombrófila mista.

UC Estadual de Uso Sustentável – MG

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL FERNÃO DIAS

Decreto Estadual 38.925/97

Área: aprox. 180.073,00 ha

Municípios: MG – Brasópolis, Camanducaia, Extrema, Gonçalves, Itapeva, Paraisópolis, Sapucaí-Mirin e Toledo.

Órgão Responsável: IEF/MG.

Ecosistemas Predominantes: floresta ombrófila mista e floresta ombrófila densa.

UCs Estaduais de Proteção Integral – SP

PARQUE ESTADUAL DE CAMPOS DO JORDÃO

Decreto Estadual 11.908/41

Área: aprox. 8.341,00 ha

Município: SP – Campos do Jordão.

Órgão Responsável: IF/SP.

Ecosistemas Predominantes: mata de araucária e podocarpus, floresta nebulosa e campo de altitude.

PARQUE ESTADUAL DOS MANANCIAIS DE CAMPOS DO JORDÃO

Decreto Estadual 37.539/93

Área: aprox. 503,00 ha

Município: SP – Campos do Jordão.

Órgão Responsável: IF/SP.

Ecosistemas Predominantes: mata de araucária e podocarpus, floresta nebulosa e campo de altitude.

UCs Estaduais de Uso Sustentável – SP

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ESTADUAL DE CAMPOS DO JORDÃO

Decreto Estadual 20.956/83

Área: aprox. 28.800,00 ha

Município: SP – Campos do Jordão.
Órgão Responsável: CPLEA/SMA-SP.
Ecossistema Predominante: mata de araucária.

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE SAPUCAÍ MIRIM

Decreto Estadual 43.285/98

Área: aprox. 39.800,00 ha

Municípios: SP – São Bento do Sapucaí e Santo Antônio do Pinhal.

Órgão Responsável: CPLEA/SMA-SP.

Ecossistemas Predominantes: mata de araucária e campo de altitude.

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL SÃO FRANCISCO XAVIER

Lei Estadual 11.262/02

Área: aprox. 18.800,00 ha

Município: SP – São José dos Campos.

Órgão Responsável: CPLEA/SMA-SP.

Ecossistemas Predominantes: floresta ombrófila densa e campo de altitude.

UCs Municipais de Proteção Integral – RJ

PARQUE MUNICIPAL DA SERRINHA DO ALAMBARI

Lei Orgânica Municipal/88 art. 172

Área: aprox. 6,70 ha

Município: RJ – Resende.

Órgão Responsável: Agência do Meio Ambiente do Município de Resende – AMAR.

Ecossistema Predominante: floresta ombrófila densa.

PARQUE MUNICIPAL DA CACHOEIRA DA FUMAÇA

Decreto Municipal 197/88

Área: aprox. 363,00 ha

Município: RJ – Resende.

Órgão Responsável: Agência do Meio Ambiente do Município de Resende – AMAR.

Ecossistema Predominante: floresta ombrófila densa.



UC Municipal de Uso Sustentável – RJ

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DA SERRINHA DO ALAMBARI

Lei Municipal 1.726/91

Área: aprox. 4.500,00 ha

Município: RJ – Resende.

Órgão Responsável: Agência do Meio Ambiente do Município de Resende – AMAR.

Ecosistema Predominante: floresta ombrófila densa.

UC Municipal de Uso Sustentável – SP

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE CAMPOS DO JORDÃO

Lei Municipal 1.484/85

Área: aprox. 28.800,00 ha

Município: SP – Campos do Jordão.

Órgão Responsável: Prefeitura Municipal de Resende.

Ecosistemas Predominantes: mata de araucária e podocarpus, floresta nebulosa e campo de altitude.

Reservas Particulares do Patrimônio Natural – MG

RPPN ALTO GAMARRA

Portaria Federal 104/06

Área: aprox. 35,00 ha

Município: MG – Bocaina de Minas.

Gestor da UC: proprietário.

Ecosistema Predominante: floresta ombrófila mista.

RPPN AVE LAVRINHA

Portaria Federal 02/06

Área: aprox. 49,05 ha

Município: MG – Bocaina de Minas.

Gestor da UC: proprietário.

Ecosistema Predominante: floresta ombrófila mista.

RPPN MITRA DO BISPO

Portaria Federal 97N/99

Área: aprox. 35,00 ha

Municípios: MG – Aiuruoca, Alagoa e Bocaina de Minas.

Gestor da UC: proprietário.

Ecossistema Predominante: floresta ombrófila.

4.3.5 - PORTARIA Nº. 351, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2006. MOSAICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA SERRA DA MANTIQUEIRA

A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Lei Nº 9.986, de 18 de julho de 2000 e nos arts. 8º, 9º, 17º a 20º do Decreto Nº 4.340 de 22 de agosto de 2002, e o que consta do Processo Nº 02000.004417/2006-71, resolve:

Art. 1º Reconhecer como mosaico de unidades de conservação da região da Serra da Mantiqueira, o Mosaico Mantiqueira, abrangendo as seguintes unidades de conservação e zonas de amortecimento:

I - do Estado do Rio de Janeiro:

a) sob a gestão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA:

1. Parque Nacional do Itatiaia;

b) sob a gestão da Agência de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Resende-RJ:

1. Parque Municipal da Serrinha do Alambari;
2. Parque Municipal da Cachoeira da Fumaça;
3. Área de Proteção Municipal da Serrinha do Alambari;

II - do Estado de São Paulo:

a) sob a gestão do IBAMA:

1. Floresta Nacional de Lorena;
2. Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Rio Paraíba do Sul;

b) sob a gestão do Instituto Florestal da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo - IF/SMA:



1. Parque Estadual dos Mananciais de Campos de Jordão;
2. Parque Estadual de Campos de Jordão.

c) sob a gestão da Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo - CPLEA/SMA:

1. Área de Proteção Ambiental de Campos de Jordão;
2. Área de Proteção Ambiental de Sapucaí Mirim;
3. Área de Proteção Ambiental São Francisco Xavier.

d) sob a gestão da Prefeitura da Estância de Campos de Jordão:

1. Área de Proteção Ambiental Municipal de Campos de Jordão.

III) do Estado de Minas Gerais:

a) sob a gestão do IBAMA:

1. Área de Proteção Ambiental Serra da Mantiqueira;
2. Floresta Nacional de Passa Quatro.

b) sob a gestão do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais:

1. Parque Estadual da Serra do Papagaio;
2. Área de Proteção Ambiental Fernão Dias.

c) sob a gestão privada:

1. Reserva Particular do Patrimônio Natural Ave Lavrinha;
2. Reserva Particular do Patrimônio Natural Mitra do Bispo e
3. Reserva Particular do Patrimônio Natural Alto Gamarra.

Art. 2º O Mosaico Mantiqueira contará com apoio de um Conselho Consultivo, que atuará como instância de gestão integrada das unidades de conservação constantes do art. 1º desta Portaria.

Art. 3º O Conselho Consultivo terá a seguinte composição: I - representação governamental:

a) os chefes, administradores ou gestores das unidades de conservação abrangidos pelo Mosaico Mantiqueira;

II - representação da sociedade civil:

a) um representante para cada uma das unidades de conservação públicas federais, estaduais e municipais listadas no art. 1º desta Portaria, preferencialmente indicado pelo seu Conselho Consultivo ou pelo gestor da unidade, quando não houver conselho;

b) um representante para cada unidade de conservação privada que compõe o Mosaico Mantiqueira;

Art. 4º Ao Conselho Consultivo compete:

I - elaborar seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instituição;

II - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar:

a) as atividades desenvolvidas em cada unidade de conservação, tendo em vista, especialmente:

1. os usos na fronteira entre unidades;
2. o acesso às unidades;
3. a fiscalização;
4. o monitoramento e avaliação dos Planos de Manejo;
5. a pesquisa científica;
6. a alocação de recursos advindos da compensação referente ao licenciamento ambiental de empreendimentos com significativo impacto ambiental.

b) a relação com a população residente na área do mosaico.

III - manifestar-se sobre propostas de solução para a sobreposição de unidades, e

IV - manifestar-se, quando provocado por órgãos executor, por conselho de unidade de conservação ou por outro órgão do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, sobre assunto de interesse para gestão do mosaico.

Art. 5º O Conselho Consultivo será presidido por um dos chefes das unidades de conservação abrangidos pelo Mosaico Manti-



queira, escolhido pela maioria simples de seus membros.

Art. 6º O mandato de conselheiro será de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público.

Art. 7º O presidente do Conselho Consultivo poderá convidar representantes de outros órgãos governamentais, não-governamentais e pessoas de notório saber, para contribuir na execução dos seus trabalhos.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SILVA

Ministra de Estado do Meio Ambiente

5 - FICHA TÉCNICA DO PROJETO E LISTA DOS PARTICIPANTES

5.1 - FICHA TÉCNICA DO PROJETO

A Equipe do Projeto foi constituída pelas seguintes e Instituições e representantes:

EQUIPE DO IA-RBMA

- **Coordenação Institucional:** Clayton Ferreira Lino; João Lucílio Albuquerque;
- **Coordenação Geral:** Heloisa Dias;
- **Assistência Técnica da Coordenação:** André Nolf; Andréa Chapchap;
- **Apoio Técnico IA-RBMA:** Marcia Barana; Danilo Costa; Laryssa Moll; Suely Pontalti;
- **Apoio Administrativo e Financeiro:** Fernando Capello; Danilo Costa.

EQUIPE DO CEPF

- Luiz Paulo Pinto
- Ivana Lamas

ARTICULADORES REGIONAIS

Mosaico Bocaina:

- Adriana Mattoso (IF-SP)
- Dalton Moraes (IBAMA-RJ)
- Marcelo Guimarães (Associação Cairuçu)

Mosaico Mantiqueira

- Clarismundo Benfica (IBAMA-MG)
- Luiz Midéia (Fundação Matutu)

Mosaico Mata Atlântica Central Fluminense

- Breno Herrera (IBAMA-RJ)
- Yara Valverde (APA Petrópolis)
- Leonardo Freitas (Estruturar)



CONSULTORES TÉCNICOS

Leonardo Freitas
 Graziela Moraes
 Paulo Pegas
 Marcus Rosa - ARCPLAN
 Fernando Paternost - ARCPLAN

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS:

- MMA- Ministério do meio Ambiente
- SBF - Secretaria Nacional de Biodiversidade e Florestas
- IBAMA -DF/SP/RJ/MG
- IEF/MG – Instituto Estadual de Florestas – MG
- IEF/RJ - Instituto Estadual de Florestas – RJ
- IF/SP - Instituto Florestal/SMA – SP
- FEEMA-RJ
- CPLEA/SMA - SP
- Prefeituras Municipais gestoras das UCs inseridas nos Mosaicos, sendo elas: PM de Resende, Duque de Caxias, São José do Vale do Pio Preto, Guapimirim, Parati e Petrópolis no Rio de Janeiro, e Campos do Jordão em São Paulo.
- Proprietários das RPPNs CEC - Tinguá, El Nagual, Querência e Graziela Maciel Barroso (RJ)
- Proprietários das RPPNs Ave Lavrinha, Mitra do Bispo e Alto Gamarra (MG).
- Fundação Matutu – MG
- Valor Natural - MG
- Estruturar Meio Ambiente – RJ
- Associação Cairuçu – RJ
- Instituto Bio Atlântica - RJ
- TEREVIVA – RJ
- Associação de Proprietários de RPPNs - MG
- Associação de Proprietários de RPPNs - RJ
- CE-RBMA - Comitês Estaduais da RBMA- SP/MG/RJ

5.2 - LISTA DOS PARTICIPANTES

Participantes das 3 Reuniões Gerais de Planejamento

Participantes da 1ª Reunião Geral de Planejamento – Sede do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - 31 de janeiro de 2006.

Nome	Instituição
Ana Lopez	IA-RBMA
André Nolf	IA-RBMA
Clayton F. Lino	CN-RBMA
Francine Ramalho	Instituto Terra
Francisco Honda	IA-RBMA
Heloisa Dias	IA-RBMA
João Lucílio Albuquerque	IA-RBMA
José Luiz de Carvalho	IF/SMA/SP
Leonardo Sodré	Fundação Matutu
Luiz Midéia	Fundação Matutu
Marcelo Guimarães	Associação Cairuçu
Marcello Motta	Instituto Terra Nova
Marcelo Nunes	IA-RBMA
Márcia Barana	IA-RBMA
Maurício Ruiz	Instituto Terra
Monica de M. Nemer	APA Petrópolis/Teresópolis
René Duque	APA Petrópolis

Participantes da 2ª Reunião Geral de Planejamento – Sede do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - 13 de março de 2006

Nome	Instituição
Adriana Mattoso	IF/SMA/SP
Ana Lopez	IA-RBMA
André Nolf	IA-RBMA
Brenner Gomes Silva	Instituto Nacional de Pesquisa – INPE
Clayton F. Lino	IA-RBMA



Francisco Honda	IA-RBMA
Heloisa Dias	IA-RBMA
João Albuquerque	IA-RBMA
Laryssa Möll	IA-RBMA
Leonardo Esteves de Freitas	Instituto Terra Nova
Leonardo Sodré	Fundação Matutu
Luiz Midéia	Fundação Matutu
Manno França	Fundação Matutu
Marcelo Guimarães	Associação Cairuçu
Márcia Barana	IA-RBMA
Marcos Affonso Ortiz Gomes	Consultor

Relação de Participantes da 3ª Reunião Geral de Planejamento – Casa das Reservas da Biosfera - 14 e 15 de agosto de 2006

Nome	Instituição
Adriana Mattoso	IF/SMA/SP
Ana Paula L. Prates	MMA/SBF/Núcleo Zona Costeira e Marinha
Breno Herrera	APA Guapimirim – IBAMA/RJ
Clarismundo Benfica	APA Mantiqueira – IBAMA/MG
Daniel Toffoli	PARNA ITATIAIA – IBAMA/MG
Danilo Costa e Silva	IA-RBMA
Eliane Simões	P. E. da Serra do Mar/Núcleo Picinguaba IF/SMA/SP
Fernando Capello	IA-RBMA
Heloisa Dias	IA-RBMA
Ivana Lamas	CI/CEPF
João Lucílio Albuquerque	IA-RBMA
João Batista Dias	FEEMA/RJ
José Luiz de Carvalho	IF/SMA/SP
Karla O. Ribeiro	Mediadora
Leonardo Freitas	Estruturar
Luis A. S. Teixeira	REBIO Timbuí/IBAMA
Marcelo Guimarães	Associação Cairuçu
Marco Aurélio P. Fróes	Prefeitura de São José do Rio Preto

Marcos B. Campolim	P. E. Ilha do Cardoso/IF/ SMA/SP
Maria Cristina Weyland	Associação de RPPNs de Minas Gerais – ARPEMG
Mariella Uzêda	Instituto BioAtlântica
Miguel Ribon Junior	IEF/MG
Paulo Pegas	APA Mantiqueira
Ricardo Ganem	IEF/RJ
Rogério Rocco	IBAMA/RJ
Sidney Raimundo	IF/SP
Theodoro Machado	RPPN Mata dos Pilões
Nilo Salgado Jardim	RPPN Ave Lavrinha
Paulo Pegas	Consultor APA Serra da Mantiqueira
Paulo Roberto Alves de Souza	P. E. Serra do Papagaio
Raquel Junqueira Costa	APA Fernão Dias
Regina Alves de Souza	P. E. Serra do Papagaio
Ricardo Aguiar Galeno	PROMATA/IEF
Roberto Messias	IBAMA/MG
Rogério Rocco	IBAMA/SP
Solange V. Boëchat	P. E. Serra do Papagaio
Sonia Maria Carlos Carvalho	PROMATA/IEF
Tamas Makray	Instituto Oikos
Virgilio Ferraz Dias	APA Serra da Mantiqueira
Walter Behr	PARNA Itatiaia

Participantes das Reuniões e Oficinas I e II do Mosaico Bocaina

Adriana Mattoso	IF/SMA/SP
Adriana Nascimento Gomes	ESEC Tamoios – IBAMA
Ana Lopez	CN-RBMA
André Nolf	CN-RBMA
Andréa Chapchap	IA-RBMA
Ângelo J. R. Lima	WWF – BRASIL
Clarissa Magalhães	ABDL
Claudia Garça	FEEMA RJ/DIVEA
Clayton F. Lino	CN-RBMA
Dalton Novaes	IBAMA PARNA BOCAINA



Eliane Simões
Erika Guimarães

Fernando Capello
Francisco Honda
Gilberto Lins
Graziela Moraes
Heloísa Dias
Hermann Schmitt
Humberto Grilo Junior

Isis Akemi Morimoto
Ivana Reis Lamas
João Fernandes
João Lucílio Albuquerque
João Paulo Villani

Jonas Alves da Silva
José Luis
José Luis de Carvalho
José Moraes Camera Filho
José Roberto Alves Suarez
Julio José Maria Jr.
Karla Ribeiro
Lara Moutinho da Costa

Leiz da Silva
Leonardo Freitas
Leonardo Rocha
Leonardo Sodré
Luis R. Oliveira
Luiz Midéia
Manuela Tambellini

Mara P. Pais

Marcelo Braga Pessanha
Marcelo Guimarães
Marcelo S. Motta

NUCLEO PICINGUABA/IF
Aliança para a Conser-
vação da Mata Atlântica
IA-RBMA
CN-RBMA
IEF/RJ
APA Cairuçu/IBAMA
IA-RBMA
Associação Cunhambebe
Coordenação Regional do
Litoral Norte – IF
IBAMA/SP
CI/CEPF
IEF/RJ
CN-RBMA
PESM – Núcleo Santa
Virgínia
AMOT
FEEMA
IF/SP - ESEC BANANAL
ONG Banani
SMA – IF
IBAMA
CONSULTORA RBMA
Comitê Estadual da
RBMA/RJ
CN-RBMA
INSTITUTO TERRA NOVA
IBAMA/NUC
FUNDAÇÃO MATUTU
IF/SMA/SP
FUNDAÇÃO MATUTU
UFF – PGCA Pós-Gradua-
ção em Ciência Ambiental
PARNA Serra da Bocaina/
IBAMA
APA Cairuçu
ASSOCIAÇÃO CAIRUÇU
PARNA Serra da Bocaina/

Mari José B. Azevedo Castro	IBAMA
Maria Fernanda	S.A.P.Ê Angra
Mônica de M. Nemer	NUCLEO PICINGUABA/IF
Ney Pinto França	APA Tamoios/IEF
Patrícia Ortiz	APA do Cairuçu
	UNITAU/Instituto
	Gondwana
Paulo Nogara	AMAM Associação
	Mamanguá
Rene Duque Wollmann	Reserva Ecológica da
	Juatinga/IEF
Roberto Francine Jr.	Associação Cunhambebe –
	Conselheiro CONSEMA
Roberto Starzynski	P. E. SM Núcleo Cunha –
	IF
Rogério Rocco	IBAMA/RJ
Sérgio Godoy	Prefeitura Municipal de
	Paraty
Sergio Pinchiaro	Cunha Paraty Ag. Turística
Silvia Ferreira Borges	IBAMA NEA – SUPES RJ
Silvia Peixoto	ESEC Tamoios/IBAMA
Sylvia Chada	ESEC Tamoios/IBAMA
Valdieli J. O. Junior	IEF/RJ
Vera Lucia Teixeira	CEIVAP
Viviane Buchiani	IF/SP
Walter Plácido	IBAMA/RJ

Participantes das Reuniões e Oficinas I e II do Mosaico Mata Atlântica Central Fluminense

Nome	Instituição
Adriano Luz C. Pinto	IEF/PETP
Adriano Luz	Parque Estadual Três Picos
Alba Simon	IEF
Ana Lucia Lucas Martins	UFRRJ/IM
André Loubet Guimarães	IBIO
André Nolf	IA - RBMA
Andréa Chapchap	IA-RBMA



Brenner Silva	INPE
Breno Herrera	APA Guapimirim
Breno Tesch	Petrópolis Ecologia
Bruno Coutinho	Estruturar Meio Ambiente
Carlos David Sion	Secretaria do Meio Ambiente de Petrópolis
Carlos Minc	Secretaria Estadual do Ambiente/RJ
Carlos Viveiros	Comitê Região Hidrográfica da Baía de Guanabara
Clarissa Magalhães	ABDL
Claudia Garça	FEEMA RJ/DIVEA
Clayton F. Lino	CN-RBMA
Dora Hees de Negreiros	Comitê Região Hidrográfica da Baía de Guanabara
Eduardo Rubião	IEF/RJ
Eduardo S. A. Cruz	DIVEA/FEEMA
Edvandro A. Ribeiro	RPPN El Nagual
Érika Guimarães	Aliança para a Conservação da Mata Atlântica
Ernesto B. V. Castro	IBAMA/PARNASO
Esther Maia Mello	Suruí Magé CCS/Magé
Felipe Sardela	ASCOM/IBAMA/RJ
Fernando Capello	IA-RBMA
Flavio Castro	IEF/RJ
Flavio Luiz	IEF/P. E. Três Picos
Francine Ramalho	Instituto Terra
Francisco P. de M. Ferreira	O Instituto Ambiental - Comitê Piabinha
Friedrich Herms	Comitê Guandu
Gabriela Viana	Ass. Mico Leão Dourado
H. Erhard Kalloch	APN - RPPN El Nagual
Hélio Vanderlei	Prefeitura Paracambi (ANAMA)
Heloisa Dias	IJSN/IA-RBMA
Ivana R. Lamas	CI/CEPF
Jaime Bastos Neto	Instituto Ipanema
João Lucílio Albuquerque	CN-RBMA
Juarez Magalhães	OSCIP - Associação Rio

Karla Ribeiro	Minas “Trem Mineiro”
Leandro Travassos	Sistematizadora
Leonardo Barcellos	UFRJ
Leonardo Freitas	Instituto Ipanema
Leonardo Sodré	Estruturar Meio Ambiente
Lílian Regina	Fundação Matutu
Luis A. S. Teixeira	Fazenda Santo Antonio
Luis César Stano	REBIO Timbuí IBAMA
Luis H S. Teixeira	Petrobras
Luiz Midéia	REBIO Tinguá
Luiz Paulo Pinto	Fundação Matutu
Lysandre Ribeiro	Conservação Internacional
Manuela Tambellini	Instituto Bio Atlântica
	UFF- Universidade Federal Fluminense
Marcelo Guimarães	Associação Cairuçu
Marco Aurélio P. Fróes	Prefeitura de São José do Vale do Rio Preto
Margarete Toledo	COMPARNASO/ FAMERJ
Mariana Devoto Kalloch	APN – RPPN El Nagual
Mariella Uzêda	Instituto Bio Atlântica
Mario Barbosa	SMA/SJURP
Mauricio Lobo	IEF/RJ
Ninon Machado	CEIVAP
Patrícia Moreira	IBAMA/RJ
Paulo Lucio Loureiro	OSCIP – Delegacia do Verde – Petrópolis Ecologia
Paulo Motta	IBAMA/NUC
Paulo Sérgio O. de S. Leite	Secr. Meio Ambiente de Petrópolis
Ricardo Cranter	IEF/RJ
Roberto Oto Oliveira	Programa Petrópolis Ecologia
Roberto Perez	ONG Clube de Amigos da Terra Tom Jobim
Rodrigo de Melo Campos	UFF-Universidade Federal Fluminense
Rogério Rocco	IBAMA/RJ
Romildo Soares	Associação de



Thabta Matos	Trabalhadores da Pesca de Magé e Guapimirim Instituto BioAtlântica- APA MACACU
Thiago Belote	Instituto BioAtlântica
Vanina Zini Antunes	Instituto BioAtlântica
Velasco Soares	TEREVIVA
Vera Lucia Rocha	Parque Natural Municipal da Taquara
Wagner Saboya	Associação de Trabalhadores de Pesca de Magé e Guapimirim
Wiliam Wagner Vivas	Secretaria Municipal de
Guapimirim	

Participantes das Reuniões e Oficinas I e II do Mosaico Mantiqueira

Nome	Instituição
Alexandra Andrade	Instituto Oikos
Analice de Novais Pereira	IBAMA/SP
André Nolf	IA-RBMA
Andréa Chapchap	IA-RBMA
Ângelo J. R. Lima	WWF Brasil
Arlete Ohata	IF/SMA/SP
Belmira Evânia M. M. de Santana	IEF/MG
Brasília Mascarenhas	RPPN Alto Gamarra
Brenner Silva	Instituto Nacional de Pesquisa – INPE
Carlos A.B. Simas	RPPN Mitra do Bispo
Clarismundo Nascimento	IBAMA
Clarissa Magalhães	ABDL
Cornelius V. Fûrstemberg	PROMATA/MG
Dalton Oliveira	IEF – Regional Sul
Daniel Porto de Nogueira	FLONA Lorena – IBAMA/SP
Daniel Toffoli	PARNA Itatiaia
Douglas Fernandes Ferreira	Associação de RPPN's de Minas Gerais – ARPEMG

Edgard de Souza Andrade	FLONA Passa Quatro
Edilberto Magalhães de Souza	APA Serra da Mantiqueira
Edner Antonio Brasil	Sociedade Amigos de Monte Verde – SAMOV
Ednilda Bayoe Teixeira	Agência do Meio Ambiente de Resende
Edson Ferreira Santiago	PNI/GEAN
Egon Boettcher	Sociedade Amigos de Monte Verde – SAMOV
Evandro Gonsalves Chaves	FLONA Lorena
Fabio Luiz Vellozo de Mello	FLONA Passa Quatro/IBAMA/MG
Fernando Capello	IA-RBMA
Fernando Roberto Sivelli	Núcleo de Unidades de Conservação – IBAMA
Gisela Herman	Valor Natural
Guilherme França	Fundação Matutu
Heloisa Dias	IA-RBMA
Humberto Candeias	IEF/MG
Isabel Andrade Pinto	Valor Natural
Ivan Luiz Leite Costa	P. E. Serra do Papagaio
Ivana Lamas	CI/CEPF
João Emídio Lima da Silva	RPPN São Lourenço do Funil
João Marcelino da Silva	Instituto Oikos
Julia Cecília Martim Braga	IEF
Juliana Mara de Oliveira	Associação de RPPNs de Minas Gerais – ARPEMG
Karla Ribeiro	Sistematização
Letícia Brandão	APA Mananciais do Rio Paraíba do Sul
Luis Cláudio Gonçalves	Prefeitura Municipal de Itamonte
Luis Felipe César	AMAR – Prefeitura de Resende
Luiz Eduardo Correa Lima	Faculdade Integradas Teresa D'Ávila – FATEA/LORENA
Luiz Midéia	Fundação Matutu



Luiz Sérgio Sarahyba
Manuela Tambellini

Marcelo Guimarães
Marco Antonio Puppio Marcondes

Marcos Ortiz
Marilda Cruz Lima da Silva
Nemo G. Simas
Nilo Salgado Jardim
Paulo de Lauro
Paulo Pegas

Paulo Roberto Alves de Souza
Raquel Junqueira Costa
Regina Alves de Souza
Ricardo Aguiar Galeno
Roberto Messias
Rogério Rocco
Solange Vemgreeber Boëchat
Sonia Maria Carlos Carvalho
Taina M. de Luccas
Tamas Makray
Virgilio Ferraz Dias
Walter Behr

PARNA Itatiaia – IBAMA
Universidade Federal
Fluminense – UFF
Associação Cairuçu
P. E. de Campos do
Jordão/ P. E. dos
Mananciais de Campos do
Jordão/IF/SMA/SP
Moderador
ARPEME
RPPN Mitra do Bispo
RPPN Ave Lavrinha
IEF/MG
Consultor – APA Serra da
Mantiqueira
P. E. Serra do Papagaio
APA Fernão Dias
P. E. Serra do Papagaio
PROMATA/IEF
IBAMA/MG
IBAMA/SP
P. E. Serra do Papagaio
PROMATA/IEF
RPPN Alto Gamarra
Instituto Oikos
APA Serra da Mantiqueira
PARNA Itatiaia

**São 3 as principais funções da Reserva da Biosfera da
Mata Atlântica:**

**Proteção da Biodiversidade
Desenvolvimento Sustentável
Conhecimento Científico e Tradicional**

realização:

**CONSELHO NACIONAL DA RESERVA
DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA**

Rua do Horto 931 - Instituto Florestal
São Paulo-SP - CEP: 02377-000

Fone: (011) 62318555 r. 2044/2065 Fax.: 62325728

e-mail: cnrbma@uol.com.br

<http://www.rbma.org.br>



apoio:

**CRITICAL ECOSYSTEM
PARTNERSHIP FUND**



Programa MaB
"O Homem e a Biosfera"

**Ministério do
Meio Ambiente**



**SECRETARIA DO
MEIO AMBIENTE**

